

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA**

**RENAN FARAON CINTRA**

**A distribuição intra-urbana dos "grupos médios" na Região  
Metropolitana de Porto Alegre (1991-2000)**

Porto Alegre  
2011

**RENAN FARAON CINTRA**

A distribuição intra-urbana dos "grupos médios" na Região Metropolitana de Porto Alegre (1991-2000)

Monografia apresentada junto ao curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Sheila Villanova Borba

Porto Alegre  
2011

**RENAN FARAON CINTRA**

**A distribuição intra-urbana dos "grupos médios" na Região  
Metropolitana de Porto Alegre (1991-2000)**

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial  
para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais na  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.**

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Sheila Villanova Borba**

---

**Prof<sup>o</sup>. Dr. Fernando Coutinho Cotanda**

---

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Marília Patta Ramos**

## **Agradecimentos**

Em primeiro lugar, agradeço à professora Sheila Villanova Borba, cuja orientação foi essencial para a elaboração deste trabalho. Também agradeço à Rosetta Mammarella, que cordialmente me recebeu na Fundação de Economia e Estatística. Aos colegas Luiz Eduardo, Marcos e Edson, com os quais conversei diversas vezes durante a realização do trabalho. Finalmente, sou grato à minha mãe - Ana Maria - e à Fernanda, pela contribuição e por me aguentarem diariamente.

*"Toda realização científica suscita novas  
'perguntas': pede para ser 'ultrapassada' e  
superada."*

Max Weber

## **Resumo**

O objetivo deste trabalho é identificar se as diferenças de renda e escolaridade entre categorias sócio-ocupacionais dos grupos médios refletem em uma diferença espacial entre essas categorias na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), de 1991 a 2000. Para tanto, parte-se da discussão acerca da estrutura intra-urbana, enfocando no tema da segregação em tipos de áreas residenciais.

Além disso, apresenta uma discussão sobre o conceito de "classe média" na sociologia, remetendo aos clássicos Karl Marx e Max Weber, e, mais contemporaneamente, à abordagem de Pierre Bourdieu, em que se ressalta o conceito de espaço social.

O estudo da RMPA implicou sublinhar três aspectos gerais: a abordagem econômica - a importância dos setores primário, secundário e terciário -; a do mercado de trabalho, levando em conta principalmente o emprego e o desemprego nos anos estudados; e, por último, a estrutura sócio-ocupacional.

**Palavras-chave:** intra-urbano; segregação habitacional; classe média.

## **Abstract**

The goal of this study is to identify whether differences in income and education between socio-occupational categories of middle groups reflect a spatial difference between those categories in the metropolitan region of Porto Alegre (RMPA), from 1991 to 2000. For this, we start from the discussion about the intra-urban structure, focusing on the issue of segregation in types of residential areas.

Moreover, it presents a discussion about the concept of “middle class” in sociology, referring to the classics Karl Marx and Max Weber, and, more contemporaneously, to the approach of Pierre Bourdieu, in which he stresses the concept of social space.

The study involving the RMPA emphasizes three general aspects: the economic approach – the importance of primary, secondary and tertiary sectors; the labor market approach, considering specially employment and unemployment in the studied years; and, finally, the socio-occupational structure.

**Keywords:** intra-urban; housing segregation; middle class.

## Lista de quadros e figuras

**Quadro 1** - a hierarquização das categorias sócio-ocupacionais .....26

**Figura 1** - Tipos médios de áreas da Região Metropolitana de Porto Alegre, 1991.....36

**Figura 2** - Tipos médios de áreas da Região Metropolitana de Porto Alegre, 2000.....37

## Sumário

<b>1. Introdução.....</b>	<b>10</b>
<b>2. Formação da estrutura intra-urbana e sua relação com as classes sociais: desigualdades sócio-espaciais e a problemática dos grupos intermediários.....</b>	<b>14</b>
<b>3. Existe uma definição de classe média na sociologia?.....</b>	<b>17</b>
3.1. A concepção de classe média nos clássicos: Marx e Weber. ....	17
3.1.1. A classe média em Marx .....	18
3.1.2.O conceito de classe média em Weber.....	19
3.2. A teoria do espaço social em Bourdieu: as posições relativas e a importância do contexto empírico.....	22
<b>4. O contexto da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) e os "grupos médios".....</b>	<b>25</b>
4.1. Antecedentes à década de 1990.....	27
<b>5. Transformações da estrutura produtiva e ocupacional da RMPA.....</b>	<b>30</b>
5.1. Abertura econômica e desemprego.....	30
5.2. Mudanças na estrutura ocupacional, crescimento do comércio, queda da indústria e os grupos médios.....	32
<b>6. A RMPA nos anos de 1990: os impactos da transformações analisadas na configuração das áreas residenciais.....</b>	<b>33</b>

<b>7. A distribuição residencial dos "grupos médios" na RMPA (1991-2000).....</b>	<b>38</b>
7.1. Pequenos Empregadores.....	38
7.2. Ocupações de escritório.....	39
7.3. Ocupações de supervisão.....	40
7.4. Ocupações técnicas.....	41
7.5. Ocupações médias da Saúde e Educação.....	41
7.6. Ocupações de Segurança Pública, Justiça e Correios.....	42
7.7. Ocupações artísticas e similares.....	42
<b>8. Conclusão.....</b>	<b>44</b>
<b>9. Referências.....</b>	<b>46</b>
<b>10. Anexos.....</b>	<b>49</b>

## 1. Introdução

A configuração social urbana é um tema que cada vez mais tem instigado os cientistas sociais, sendo a produção bibliográfica nessa área, principalmente no que se refere a obras clássicas, privilegiada. Mercado imobiliário, intervenção estatal na cidade e diferentes tipos de segregação são alguns dos principais assuntos sobre os quais os pesquisadores se debruçaram nos últimos tempos.

No meio acadêmico, abordagens que identificam na organização do espaço um reflexo das oposições que marcam a sociedade, apesar de serem bastante atuais, já estão relativamente consolidadas. Apesar disso, novas dinâmicas, sobretudo no caso de tipos de moradias (como, por exemplo, a atual proliferação dos condomínios fechados<sup>1</sup>), vêm modificando a distribuição populacional nas grandes metrópoles.

Entretanto, o modo pelo qual os estratos sociais intermediários se colocam no espaço urbano ainda é pouco explorado pelos pesquisadores. Uma das dificuldades por que isso ocorre certamente advém da imprecisão com a qual se definem esses grupos sociais. "Classe média", "classes médias", "classes de transição", "pequenos burgueses", "camadas médias" - e até "estratos intermediários" -, além das adjetivações que podem acompanhar cada uma destas denominações, como "velha", "nova", "alta" e "baixa", são alguns exemplos de como o debate nesse sentido é controverso.

Com relação a isso, nos últimos anos, no Brasil, tem-se propalado, nos mais diversos meios, a emergência de uma "nova classe média". Sob a influência dos trabalhos de Neri (2008), a chamada "classe c" estampou jornais e revistas<sup>2</sup> como a mais nova transformação na estrutura social brasileira. Entretanto, alguns estudos já questionam os fundamentos de tal mudança.

Nesse sentido, a principal crítica de Xavier Sobrinho (2011) se centraliza nos critérios de definição de classes utilizados por Neri. Assim, para Xavier Sobrinho, a denominada "nova classe média" brasileira estaria fundamentada no sentido estatístico, levando-se em conta apenas as diferenças entre estratos de renda, e não no sociológico. Para o autor, outras características deveriam ser levadas em conta no que se refere à elaboração de classes sociais, tendo como destaque, principalmente, o tipo de trabalho que o indivíduo exerce, salientando a centralidade do trabalho na sociedade.

---

<sup>1</sup> BARCELLOS;MAMMARELLA.2009.

<sup>2</sup> Dois exemplos de manchetes: "Trinta milhões chegam à nova classe média". Correio do Povo, 11 de setembro de 2010, página 7, e "Classe C, 60%". Carta Capital, nº 651, 22 de junho de 2011.

Mais especificamente, a discussão acerca da classe média, na sociologia, pode ser remetida às obras clássicas, encontrando sobretudo referências em Karl Marx e Max Weber. Salienta-se que esses autores serviram como base para as elaborações contemporâneas da noção de classe média na sociologia, pois, enquanto Weber aborda a classe média a partir da construção típica-ideal das classes sociais - classe aquisitiva e classe proprietária - , Marx a contextualiza, de maneira histórica, por meio do conceito de modo de produção (ver capítulo 3).

Essencialmente controverso, portanto, o debate sobre o conceito de classes médias é marcado por indefinições. Na literatura brasileira a respeito, destaca-se o trabalho de Sais (1985), que vincula a constituição da classe média à expansão do aparelho urbano de serviços, no contexto de uma acelerada industrialização periférica, no século XX. Tal industrialização, de acordo com o autor, "exigiu um processo de acumulação acelerada, cujo preço foi a subcapitalização da infraestrutura de serviços" (SAIS. 1985:8), apresentando características específicas, notadamente pela permanência de relações pré-capitalistas, que marcaram sobremaneira a formatação do setor terciário no País.

Assim, no que se refere ao desenvolvimento do setor terciário no Brasil, houve um processo essencialmente paradoxal: à medida que crescia a importância de serviços ligados ao sistema financeiro, de transporte, de comunicação, havendo um aumento progressivo dos trabalhadores de empresas de publicidade, paralelamente, também se destacou um crescimento da participação na população dos vendedores ambulantes; do mesmo modo, a emergência dos funcionários liberais coexistiu com a manutenção da importância dos empregados domésticos.

Desse modo, para o autor, no Brasil, a divisão entre trabalho manual e não-manual fora mais proeminente do que as diferenciações entre os tradicionais setores da economia: " a sociedade capitalista impôs uma 'condição média' à fração 'não-manual' dos trabalhadores improdutivos e, ao fazê-lo, afastou-a, seja da classe operária, seja dos trabalhadores improdutivos 'manuais' "(SAIS. 1985:14) .

Com intuito de se evitar, assim, a imprecisão e, ao mesmo tempo, propor-se a investigar certos estratos sociais que não se encontram tradicionalmente marcados por oposições na estrutura social, a proposta apresentada por Bourdieu referente ao conceito de espaço social, respeitando critérios de potencialidades objetivas, em que as posições sociais seriam definidas relacionalmente (ver seção 3.2.), vem ao encontro do propósito deste trabalho, no qual se analisa essa temática em um contexto espacial e

temporalmente delimitado, a saber: a Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), no período de 1990 a 2000.

Num primeiro momento, assim, será adotado a classificação proposta por Mammarella e Barcellos(2008), referente à estrutura sócio-ocupacional da RMPA (ver capítulo 4). Isso porque essas categorias se assentam na importância que os tipos de ocupação têm na sociedade capitalista. A partir dessa hierarquização, restringir-se-á aos dois grupos intermediários: os pequenos empregadores e ocupações médias (ocupações de escritório, ocupações de supervisão, ocupações técnicas, ocupações médias da Saúde e Educação, ocupações de Segurança Pública, Justiça e Correios e ocupações artísticas e similares), sendo a junção desses grupos denominada "grupos médios". Entretanto, para investigar suas semelhanças e diferenças, analisar-se-á outras características fundamentais, como renda, escolaridade e, finalmente, suas aproximações e distanciamentos no espaço.

Subjaz a essa proposta a compreensão de que a estrutura social influencia na distribuição urbana, sobretudo nos tipos de áreas em os agentes sociais habitam (ver capítulo 2). A relação entre esses dois aspectos, enfocados principalmente por Castells (2011), Harvey (1977) e Villaça (2009), foram destacados pelos conceitos de intra-urbano e segregação, como formas de se estudar as configurações das cidades. Como afirma Castells (2011:248) "a moradia (... ) é um quadro pré-construído, produto de um processo sócio-econômico geral e sua ocupação ocorre conforme as leis da distribuição social".

O emprego do conceito intra-urbano, por outro lado, para se estudar a Região Metropolitana de Porto Alegre, fundamenta-se na constatação de que as cidades que a constituem apresentam estreitas relações urbanas, principalmente no que concerne a aspectos de deslocamento casa-trabalho, que inclusive se intensificaram nos últimos anos (ver capítulo 6).

Além disso, desde a formação de Porto Alegre, pode-se constatar uma crescente ligação da capital com as cidades do seu entorno: no século XIX, a capital se estabeleceu como um entreposto necessário à produção das colônias alemãs (notadamente São Leopoldo), devido à sua localização junto ao Guaíba; posteriormente, através de uma industrialização especialmente voltada ao mercado local, "a indústria porto-alegrense extravasa os limites da cidade e transforma municípios vizinhos (...), em relação aos quais há perfeita continuidade urbana, o que nos permite falar em uma 'Grande Porto Alegre' " (SINGER. 1968:184). Atualmente, a BR-116 e a BR-290 se

destacam como os principais eixos através dos quais algumas das mais importantes cidades da RMPA se conectam.

Assim, de modo geral, o objetivo deste trabalho é identificar se as diferenças de renda e escolaridade entre categorias sócio-ocupacionais dos grupos médios refletem em uma diferença espacial entre essas categorias na Região Metropolitana de Porto Alegre. Dessa forma, pode-se partir da hipótese de que as categorias dos grupos médios que apresentam maiores rendimentos assim como mais altos níveis de escolaridade tenderiam a estar mais próximos, no espaço, dos estratos superiores. Do mesmo modo, baixos índices de rendimento e de escolaridade significariam proximidade com estratos inferiores.

Nessa linha de investigação, delimitando o recorte temporal entre 1991 e 2000, acredita-se que as mudanças ocorridas (ou não) na Região durante o período podem auxiliar na visualização desse processo, ajudando inclusive a apontar tendências. Nesse aspecto, entende-se por proximidade ou afastamento no espaço a coabitação em determinadas áreas da região. Focalizando-se nos grupos médios, assim, pretende-se analisar outros tipos de segregação que não somente a que separa estratos superiores dos inferiores da sociedade, mas também as diferenças dentro de uma mesma classe social.

O estudo da RMPA implicará ressaltar três tipos de abordagem: a abordagem econômica - a importância dos setores primário, secundário e terciário; a do mercado de trabalho, levando em conta principalmente o emprego e o desemprego nos anos estudados; e, por último, a estrutura sócio-ocupacional terciário (ver seção 4.1.; capítulos 5 e 6).

Após se destacarem esses aspectos da RMPA, e como cada um deles, de modo geral, afetou os grupos médios, na década de 1990, comparar-se-á os dados sócio-econômicos - média renda familiar, média renda familiar *per capita* e média de anos de escolaridade - de cada categoria sócio-ocupacional constituinte dos grupos médios com dados espaciais - a densidade relativa de presença na RMPA de acordo com uma tipologia sócio-espacial (ver capítulo 7).

## **2. Formação da estrutura intra-urbana e sua relação com as classes sociais: desigualdades sócio-espaciais e a problemática dos grupos intermediários**

As relações entre classes sociais e a configuração espacial foram destacadas por diversos autores da sociologia. Baseando-se em Marx (2007), Singer (1973) identifica a separação entre cidade e campo como o resultado de um processo através do qual uma determinada classe se separa do campo, meio em que, num primeiro momento, se produz os alimentos, e, assegurada por determinadas instituições sociais, transfere para si os excedentes produzidos no campo. Essa transferência se confunde, assim, com uma concentração espacial desse grupo que se distancia da produção direta, modificando, pela primeira vez, as formas de produção.

Por outro lado, esse distanciamento e concentração geográficos resultam no aparecimento das cidades modernas, um espaço restrito que possui uma dinâmica própria no que se refere à distribuição e à circulação de bens, de serviços e de pessoas (HARVEY.1977:258). Nesse sentido, conforme Harvey (1977), essa distribuição e essa circulação estão baseadas na lógica da circulação da mais-valia (sobre-trabalho), que conduz a uma necessidade crescente de sua produção e de sua concentração, não só espacial como também social. O urbanismo, portanto, é a expressão direta da concentração geográfica de um produto excedente socialmente definido, que tem também como resultado a formação de participantes sociais mutuamente antagônicos (classes sociais).

Com relação a isso, Villaça (2009), baseando-se em Harvey, afirma que, para se analisar a estrutura intra-urbana, torna-se necessário enfatizar, sobretudo, a circulação espacial dos seres humanos enquanto consumidores e portadores da mercadoria força de trabalho. O conceito de intra-urbano, nesse aspecto, não se centraliza na esfera da produção, e sim na do consumo, sendo este, por sua vez, marcado pelas contradições sociais.

Nesse aspecto, a dinâmica entre esses grupos se fundamenta na distribuição desigual de benefícios, de custos, de oportunidades e de acessibilidade da cidade, que, sendo assim, formar-se-ia pela existência simultânea e relativa entre excedente e escassez. Dessa forma, Villaça postula que é possível identificar a hierarquia social através da análise do espaço intra-urbano, devido à "luta de classes que é travada em torno das condições de produção/consumo do espaço urbano, isto é, em torno do acesso espacial às vantagens ou recursos do espaço urbano" (VILLAÇA.2009:43).

Assim, o tema da "localização" no espaço intra-urbano torna-se central para o entendimento da posição das diferentes classes sociais na estrutura espacial. Sendo a estrutura intra-urbana fundamentada pelas "condições de deslocamento do ser humano, seja enquanto portador da mercadoria força de trabalho - como no deslocamento casa/trabalho -, seja enquanto consumidor - reprodução da força de trabalho, deslocamento casa-compras, casa-lazer, escola, etc" (VILLAÇA. 2009:20), esclarece Villaça, o termo "estrutura", no conceito intra-urbano, desempenha um sentido específico, pois significa "a localização relativa dos elementos espaciais e suas relações, ou seja, dos centros de negócio (...), das áreas residenciais segregadas e, finalmente, das áreas industriais" (VILLAÇA. 2009:33).

Entretanto, uma análise que se detivesse unicamente a identificar esses aspectos tornar-se-ia apenas descritiva, sendo necessário uma forma de explicá-los enquanto processo. Assim, Villaça, remetendo a Castells (2011), centraliza sua tese no conceito de "segregação", segundo o qual a estrutura urbana, de certa forma, estaria sujeita a mediações, fundamentadas por traços nacionais, como conflitos de classe e de dominação política e econômica (VILLAÇA.2009:27), além de ideológica<sup>3</sup>.

No entanto, conforme o autor, "não se trata apenas de partir do social para explicar o espaço, mas, ao contrário, é importante também partir do espaço para explicar o social" (VILLAÇA. 2009:36). A segregação, assim, não se explica apenas como diferentes grupos sociais se distribuem no espaço, seja no que se refere à moradia, ao trabalho, ao consumo e ao seu deslocamento, mas também a própria forma com que o espaço está estruturado.

Nesse sentido, dentre os diversos aspectos através dos quais poder-se-ia identificar, no espaço, a segregação social, um dos mais relevantes é a configuração de áreas de moradias, em que se visualizam certas tendências à homogeneização social em determinadas zonas. O distanciamento social, portanto, seria perceptível fisicamente: classes sociais opostas não compartilhariam as mesmas zonas residenciais, podendo, ou não, a questão do distanciamento espacial ser relevante - como a periferização das classes superiores através da constituição de espaços exclusivos tem demonstrado.

Entretanto, as segregações residenciais, marcadas pela identificação das fortes oposições sociais no espaço geográfico, já foram tratadas por diversos autores das ciências sociais, além de outros campos científicos. Emerge, nesse aspecto, uma

---

<sup>3</sup> "precisamente por estar muito próximo dos interesses de consumo (...), o espaço intra-urbano está sujeito a enorme carga ideológica" (VILLAÇA. 2009:44).

necessidade de se investigar mais profundamente outros tipos de segregação, que envolvam também os grupos sociais que não estão significativamente marcados por essas oposições (apesar de, ao mesmo tempo, serem por elas afetados). Dessa forma, pode-se problematizar acerca da distribuição residencial dos grupos sociais intermediários: como estão dispostos no espaço intra-urbano? aproximam-se aos estratos inferiores ou aos superiores? mostram-se homogênea ou heterogeneamente distribuídos no espaço?

No entanto, anteriormente, cabe indagar quem são esses grupos. Trata-se de uma classe? Camadas sociais específicas? Estratos sociais?

Para refletir sobre essas questões, num primeiro momento, buscar-se-á, por meio dos teóricos clássicos da sociologia, delimitar, na literatura, as diferentes definições de "classe média" (grupos médios, estratos intermediários...); posteriormente, remeter-se-á aos autores contemporâneos, com o intuito de demonstrar como o tema da "classe média" aparece na atualidade, tendo em vista que ele é marcado, sobretudo, por divergências teóricas.

Por fim, expor-se-á um esforço de equacionar o problema de se estudar esses grupos num recorte empírico específico - a Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA). Centrando na identificação das principais oposições que marcam o mundo do trabalho na sociedade capitalista, utilizar-se-á como referência a hierarquização das categorias sócio-ocupacionais, apresentada por Mammarella e Barcellos (2008: relatório 1. Seção 1).

### **3. Existe uma definição de "classe média" na sociologia?**

Na sociologia, o debate acerca da "classe média" é marcado pela controvérsia. Assim, se o termo "classe" está diretamente vinculado à modernidade, ou seja, à passagem de uma sociedade organizada em estamentos para aquela em que, de maneira geral, o "status" social se associa à posição ocupada na estrutura produtiva, Bosc (2008:6) afirma que o qualitativo "médio" e seus derivados ("mediana", "intermediário", "de transição" etc.) evocam, em razão mesma de suas características imprecisas, representações variadas e posições sociais em grande medida tributárias ao contexto social. Dessa forma, como postula Bosc (2008:14)," cada fase histórica corresponde uma representação dominante da(s) classe(s) média(s)".

Nesse sentido, a importância do tema se acentuou a partir da Segunda Revolução Industrial, quando o mundo do trabalho sofreu diversas transformações, principalmente nos países centrais como a França, a Alemanha e os Estados Unidos. Nesse contexto, do final do século XIX à metade do XX, destacou-se um crescimento vertiginoso dos assalariados de trabalhos não-manuais, impulsionados pelo aparecimento de grandes comércios, pelo aumento do sistema bancário e financeiro, entre outros.

Já nesse período, é possível identificar, na sociologia, diferentes abordagens teóricas da "classe média". Dentre essas teorizações, destacam-se as de Karl Max e as de Max Weber, que marcaram mais pela conceituação de classes sociais do que a de classe média. Nas seções seguintes, pretende-se apresentar sucintamente as abordagens de Marx e de Weber a respeito da "classe média" e como elas influenciaram o debate contemporâneo.

#### **3.1. A concepção de classe média para os clássicos: Marx e Weber.**

Conforme Hirano (1974:66), a principal diferença entre as abordagens weberianas e marxistas, no que se refere às classes sociais, assenta-se no fato de que, para Marx, classes são categorias históricas e transitórias, enquanto que, para Weber, trata-se de categorias formais e arbitrariamente elaboradas pelo pesquisador - conceitos historicamente vazios ou poli-históricos.

Apesar de apresentar significados diferentes nas obras dos dois autores, o tema da classe média foi abordado por ambos.

### 3.1.1. A classe média em Marx.

De certa forma, o projeto de sistematização das classes sociais, em Marx, ficou inacabado junto ao último capítulo de "O Capital". Nele, Marx afirma que " (...) os assalariados [ proprietários de mera força de trabalho], os capitalistas e os proprietários de terras constituem as três grandes classes da sociedade moderna baseada no modo capitalista de produção" ( MARX. 2008. Livro III. vol. VI: 1163), de maneira que "as camadas médias e intermediárias" (idem) não teriam importância para a análise à qual o filósofo alemão empreendera. Para Marx, esses grupos apenas estariam obscurecendo as relações fundamentais do sistema capitalista.

A indefinição do conceito de classe média, em Marx, assim, resultou em divergências entre os autores marxistas posteriores, que se acentuaram principalmente devido ao crescimento da importância dos assalariados no setor de serviços, considerados, a princípio, improdutivos no que se refere à produção de valor. No entanto, o principal foco dado por grande parte desses autores com relação à classe média foi em função de seu posicionamento político<sup>4</sup>.

Fundamentado nas análises do processo político francês, em "O 18 de Brumário de Luis Bonaparte", Marx caracteriza o posicionamento político desses estratos - nesta obra, denominados "pequena burguesia" - da seguinte forma:

"(...) o democrata, por representar a pequena burguesia, ou seja, uma classe de transição na qual os interesses de duas classes perdem simultaneamente suas arestas, imagina estar acima dos antagonismos de classes em geral."

(MARX, K. "O 18 Brumário e Cartas a Kungelmann".  
2010:58)

De fato, como ressalta Hirano (1974), há diversas passagens nas quais Marx se refere às "classes médias", "camadas médias", "classes em transição" tendo em vista que ele "utiliza indistintamente estes termos ou ainda outros" (HIRANO. 1974:118. Nota 88), com intuito de abarcar certos tipos de ocupações que colocar-se-iam entre os dois pólos das classes fundamentais (HIRANO. 1974:104).

---

<sup>4</sup> Ver, por exemplo, BOTTOMORE, T. (1988: 65) e LUKÁCKS (2003:157).

No entanto, como aponta Hirano (1974), a principal contribuição de Marx foi submeter o conceito de classe social ao de produção social: " a estrutura de classes é um fenômeno histórico-social determinado pela produção capitalista moderna" (HIRANO.1974:86). Para Marx, burguesia e proletariado se formaram, principalmente, enquanto classes em si, num processo de divisão do trabalho (MARX. 2007:73). Essa divisão não expressa, contudo, uma divisão orgânica e harmoniosa ou regulada apenas pela oposição entre as duas principais classes, como pode ser identificado no trecho a seguir:

"os diferentes indivíduos somente formam uma classe enquanto se veem obrigados a sustentar uma luta comum contra outra classe, e, além disso, enfrentam-se reciprocamente, hostilmente no plano da concorrência"

(MARX, K. A ideologia Alemã. 2007:80)

A classe média, pequena burguesia etc, assim, constituída, para Marx, por diversos tipos de ocupações, não configuraria uma classe em si, devendo-se pautar, portanto, principalmente pela contradição fundamental da sociedade, variando de acordo com o contexto; mas, de modo geral, definir-se-iam como classes conservadoras, pois, mesmo "quando são revolucionárias, o são à luz da perspectiva iminente de sua passagem para o proletariado" (MARX;ENGELS. 2001:41)

### 3.1.2.O conceito de classe média em Weber

O conceito de classes sociais em Weber respeita a construção típica-ideal<sup>5</sup>. No caso weberiano, diferentemente do de Marx, há um esforço mais específico de conceituação da "classe média". No entanto, primeiramente, é preciso apresentar a noção de classes para Weber. Como Medeiros (2003) sintetizou com significativa precisão, "o esquema de estratificação social weberiano baseia-se em três eixos: as diferenças econômicas, que definem as classes; as diferenças de poder, que definem os partidos; e as diferenças de prestígio, que definem o status" (MEDEIROS.2003.11).

---

<sup>5</sup> E remete-se aos capítulo IV de "Economia e Sociedade", Volume 1, denominado "Estamentos e Classes", e, no Volume 2, capítulo VIII, §6, "A distribuição do poder dentro da comunidade. Classes, estamentos e partidos".

Nesse sentido, de acordo com Weber, a classe é apenas uma parte da distribuição do poder<sup>6</sup> na sociedade, notadamente de ordem econômica. No volume 1 de "Economia e Sociedade", o autor afirma que as classes são "fundamentos possíveis (e frequentes) de uma ação social" (WEBER. Vol 1.2004:176), baseando-se na ideia de: "1) uma pluralidade de pessoas tem em comum um *componente causal específico* de suas oportunidades de vida, na medida em que 2) este componente causal está representado exclusivamente por *interesses econômicos*, de posse de bens e aquisitivos, e isto 3) em condições determinadas pelo mercado de bens ou de trabalho (*'situação de classe'*)"(WEBER. Vol. 1. 2004:176. grifos meus).

Nesse aspecto, postula que a " 'situação de classe' significa , em última instância, a 'situação no mercado' " (WEBER. Vol.2. 2004:177). Quer dizer, tipicamente, com semelhantes oportunidades no que se refere ao "1) abastecimento de bens; 2) posição de vida externa; 3) destino pessoal, que resulta, dentro de determinada ordem econômica, da extensão e natureza do poder de disposição (ou falta deste) sobre bens ou qualificação de serviço e da natureza de sua aplicabilidade para a obtenção de rendas ou outras receitas" (WEBER. Vol.1. 2004:199) .

Conforme Hirano, então, para Weber, é a ordem econômica, no que diz respeito às classes, que "sintetiza as motivações básicas da ação e relação social dos indivíduos, orientados e animados por interesses de posse de bens e oportunidades de rendas no mercado" (HIRANO. 1974: 127). Entretanto, como aponta Hirano, Weber distingue três tipos de classes: a proprietária, na qual as diferenças são de propriedade; aquisitiva, cuja situação se caracteriza pelo grau de valorização de bens e serviços; e a social, referente às outras duas, mas que introduz o termo mudança<sup>7</sup>, seja pela própria pessoa ou no decorrer das gerações.

Mais especificamente, em cada uma das duas primeiras classes - proprietária e aquisitiva - Weber postula que a situação de classe pode ser categorizada a partir da avaliação da posse de bens econômicos , formulada em termos dicotômicos: ou seja, de forma positiva (situação de classe vantajosa) ou negativa (prejudicial). Um maior detalhamento dessas subclasses é fundamental se se quiser compreender o conceito de "classes médias", de acordo com o autor.

---

<sup>6</sup> "Por 'poder' entendemos, aqui, genericamente, a probabilidade de uma pessoa ou um grupo impor, numa ação social, a vontade própria, mesmo contra a oposição de outros participantes" (WEBER. 2004. Vol.1: 175).

<sup>7</sup> Hirano (1974:128) remete à noção de "mobilidade social".

Na divisão da classe proprietária, Weber apresenta como o principal exemplo da fração positiva os rentistas e seus diferentes monopólios: "monopólio do abastecimento com bens de consumo de preços elevados (onerosos), na compra"; "monopólio da possibilidade planejada na venda"; "monopólio da oportunidade de formação de patrimônio por meio de excedentes"; "monopólio da formação de capital por meio de poupança"; "monopólio dos privilégios estamentais (de educação), desde que sejam onerosos" (WEBER. Vol.1. 2004:200). Na parte "negativa" da classe proprietária, por outro lado, remete-se aos "objetos de propriedade, desclassificados (...), endividados e 'pobres' "(idem).

Na classe aquisitiva, tipicamente, aos empresários são opostos os trabalhadores. No primeiro grupo, encontram-se "a monopolização da direção de bens, no interesse dos fins lucrativos" e "asseguramento de suas possibilidades aquisitivas pela influência sobre a política econômica "; e, no segundo, enquadram-se os "qualificados; treinados para determinado serviço; não-qualificados" (ibidem:201).

Salientando-se a noção de tipos ideias, as classes apresentadas podem, durante a investigação, apresentar-se de diversas maneiras na realidade. O que, dessa forma, destaca-se é o fato de o sociólogo alemão ter se referido às noções de classes médias nas duas formulações de classes apresentadas. Tanto nas classes proprietárias quanto nas classes aquisitivas, Weber afirma que a "classe média" é aquela camada entre os dois polos - o positivo e o negativo.

Nesse sentido, na classe dos proprietários, a "classe média" são aqueles que "dispõem de propriedade ou qualidades de educação e daí obtêm sua renda. Algumas delas *podem* ser 'classes aquisitivas' ( empresários - em grande parte positivamente privilegiados -, proletários - negativamente privilegiados), mas nem todas (camponeses artesãos, funcionários)" (WEBER. Vol.1. 2004:200.grifo no original) .

No segundo caso, nas classes aquisitivas, a "classe média" são os camponeses e artesãos autônomos. Além disso, frequentemente, funcionários (públicos e privados); profissionais liberais e os trabalhadores com qualidades monopolísticas excepcionais(WEBER. Vol.1. 2004:201).

Em resumo, pode-se constatar que, de maneira geral, enquanto Marx define a classe média em função do contexto histórico-social no qual é abordada, mas sempre tendo em vista a oposição fundamental da sociedade capitalista, Weber identifica a classe média por uma posição intermediária na "situação de mercado". Contudo, o debate acerca da "classe média" não se esgotou nos teóricos clássicos, sendo a indefinição conceitual a esse respeito uma questão que reapareceu diversas vezes na sociologia.

Nesse sentido, o mais célebre trabalho sociológico sobre a classe média é, sem dúvida, "White Collar - a nova classe média", de Wright Mills. De modo geral, nesta obra, Mills discorre sobre o processo no qual, desde o fim do século XIX a meados do XX, nos Estados Unidos, uma antiga classe média, fundamentada principalmente pela posse de pequena propriedade rural, dá lugar a uma nova classe média, assalariada e urbana. Um processo decorrente, sobretudo, do crescente predomínio de poucas (e grandes) empresas em detrimento da falência das pequenas; uma transformação da estrutura social impulsionada, assim, pela concentração da propriedade, em que, de uma sociedade baseada em pequenos proprietários, passou-se a uma calcada na estrutura ocupacional (não-proprietários) (WRIGHT MILLS. 1969:85).

Entretanto, um dos autores que contribuíram para a teorização das classes sociais na atualidade foi Pierre Bourdieu. Sua relevância consiste na elaboração do conceito de espaço social, uma tentativa de sistematização inovadora das classes sociais, porque, principalmente, leva em conta o contexto empírico sobre o qual o cientista social realiza sua investigação.

### 3.2. A teoria do espaço social de Bourdieu: as posições relativas e a importância do contexto empírico

A teoria do espaço social de Bourdieu representa uma profícua abordagem na sociologia para se analisar a constituição das classes sociais (BOURDIEU 2007b:133). Essa teoria significa uma ruptura com o substancialismo, pois, para Bourdieu, as posições relativas que os agentes e os grupos de agentes ocupam no espaço social não se devem apenas ao seu capital material, mas também por outros tipos de capital (idem). Assim, as classes construídas teoricamente pelo cientista social não são, necessariamente, classes reais, no sentido de serem um grupo mobilizado por objetivos comuns em oposição a outros grupos.

Nesse aspecto, torna-se importante explicar o conceito de “espaço social”, de acordo com Bourdieu. Em primeiro lugar, o autor, pretendendo superar o “substancialismo”, caracteriza o “espaço social” como uma forma de “topologia social” na qual “os agentes e grupos de agentes são definidos pelas suas *posições relativas* neste espaço” (BOURDIEU.2007b:134).

Além disso, para Bourdieu, a idéia de “espaço” norteia-se pelo princípio de “apreensão relacional do mundo social” (BOURDIEU.2007:48), em que “toda a ‘realidade’ que designa reside na exterioridade mútua dos elementos que a compõe”(idem).

Portanto, o conceito de “espaço social” tem como fim tornar evidentes “potencialidades objetivas”, de modo que “as classes existem de algum modo em estado virtual, partilhada, não como um dado, mas como algo que se trata de fazer”, “inseparavelmente teórica e empírica”(BOURDIEU.2007:14).

As posições no “espaço social” se definem, portanto, através de “relações de proximidade de vizinhança ou de distanciamento, e também por relações de ordem” (BOURDIEU.2007:18). Para tanto, deve-se estabelecer os critérios de classificação no “espaço social”.

Nesse sentido, a posição dos agentes no espaço social possui duas dimensões: em primeiro lugar, a condição através da qual o agente ocupa sua posição no campo (ou em diferentes campos), devido ao volume e à composição de seu capital; e, na sequência, como essa posição é definida de maneira relacional, pela distribuição de capital entre os agentes envolvidos (BOURDIEU. 2007b:134)

Bourdieu, na sua análise dos diferentes tipos de capital, demonstra, assim, que a proximidade no espaço social não conduz necessariamente à constituição de uma classe específica, e, mais precisamente, não se reflete na construção do mundo social (idem). Pode-se, dessa forma, ressaltar a elaboração que Bourdieu realizou a respeito do espaço social da França, utilizando, sobretudo, os capitais econômicos e culturais. A importância desses aspectos na constituição do mundo social, por sua vez, será de maneira geral, também ressaltada no presente trabalho.

Além disso, Bourdieu distingue três dimensões fundamentais para o tratamento desses aspectos: a reunião dos diferentes tipos de capitais; a definição do peso de cada um deles; e, por último, sua mudança no tempo (BOURDIEU. 2007b:30)

Ainda há a preocupação de Bourdieu em contrapor as teorias a respeito das classes sociais a partir do recorte empírico que se faz. Assim, podem existir grandes

diferenças se se analisar uma cidade ou a sociedade global - "quer dizer, acima de tudo, que, colocados em posições estruturalmente diferentes, eles se distinguem por inúmeras condutas e atividades dos indivíduos com os quais podem partilhar certas características econômicas, sociais e culturais" (BOURDIEU. 2007:5)

No entanto, ressaltando a importância de se definir as classes sociais como construções teóricas, Bourdieu evidencia que as posições semelhantes no espaço social apenas aumentam a probabilidade (e não a necessidade) de se formarem atitudes e interesses também semelhantes (BOURDIEU.2007b:133). Isso decorre, principalmente, devido à crítica da distinção marxista entre a “classe em si” e a “classe para si”, em que o elo entre uma e outra é a tomada de consciência da condição nas relações de produção.

Dessa forma, Bourdieu não nega a existência de formas de dominação social; pelo contrário, complexifica a abordagem sociológica a ser feita. Nesse aspecto, torna-se pertinente estudar como se desenvolve as diferentes dominações: podendo ser elas, econômicas, políticas, culturais, sociais e, inclusive, espaciais.

A tentativa de trazer a questão do empírico para superar os impasses que rodeiam a discussão teórica acerca da classe média faz com que, no caso de se estudar uma estrutura social de uma determinada região, a abordagem de Bourdieu represente uma forma de resolução desses problemas. Nesse sentido, a constituição das classes através das posições relativas dos agentes na estrutura social e a importância do contexto empírico estudado - neste caso, a RMPA - assemelha-se à hierarquização das categorias sócio-ocupacionais, elaboradas por Mammarella e Barcellos, em que diversos aspectos do mundo do trabalho são ressaltados com intuito de se ordenar os tipos de profissões exercidas pela população ocupada da Região Metropolitana de Porto Alegre.

#### **4. O contexto da Região Metropolitana de Porto Alegre e os "grupos médios"**

A hierarquização dos tipos de profissão remete aos estudos sobre a Região Metropolitana de Porto Alegre, elaborados por Barcellos, Mammarella e Koch (2002;2000) e Barcellos, Mammarella (2005;2008), que investigaram as mudanças da estrutura sócio-ocupacional da região, nos últimos anos.

Nesse sentido, esses estudos aproximam-se da idéia, ressaltada por Bourdieu, de posições relativas no espaço social. Pois, em termos teóricos, as "categorias sócio-ocupacionais" basearam-se nas "principais oposições que estão na base da organização social capitalista" (BARCELLOS, MAMMARELLA; KOCH. 2000: 99), quais sejam:

- 1) Capital e trabalho;
- 2) grande e pequeno capital;
- 3) assalariamento e trabalho autônomo;
- 4) trabalho manual e não-manual;
- 5) no trabalho não-manual, atividade de controle e de execução;
- 6) no trabalho manual, setor secundário e setor terciário;
- 7) no setor secundário, segmentos modernos e tradicionais.

Essas oposições resultaram na organização de oito grande grupos, compostos de 24 categorias sócio-ocupacionais, as CATs. A partir dessas categorias, pode-se comparar a estrutura sócio-ocupacional da RMPA, representada no quadro abaixo:

## Quadro 1 - a hierarquização das categorias sócio-ocupacionais

Quadro 1

<b>Dirigentes</b>	Grandes Empregadores Dirigentes do Setor Público Dirigentes do Setor Privado
<b>Intelectuais</b>	Profissionais Autônomos de Nível Superior Profissionais Empregados de Nível Superior Profissionais Estatutários de Nível Superior Professores de Nível Superior
<b>Pequenos Empregadores</b>	Pequenos Empregadores
<b>Ocupações Médias</b>	Ocupações de Escritório Ocupações de Supervisão Ocupações Técnicas Ocupações Médias da Saúde e Educação Ocupações de Segurança Pública, Justiça e Correios Ocupações Artísticas e Similares
<b>Trabalhadores do Terciário Especializado</b>	Trabalhadores do Comércio Prestadores de Serviços Especializados
<b>Trabalhadores do Secundário</b>	Trabalhadores da Indústria Moderna Trabalhadores da Indústria Tradicional Operários dos Serviços Auxiliares Operários da Construção Civil
<b>Trabalhadores do Terciário não Especializado</b>	Prestadores de Serviços Não Especializados Trabalhadores Domésticos Ambulantes e catadores
<b>Agricultores</b>	Agricultores

Fonte: MAMMARELLA, R; BARCELLOS, T. (2008: Relatório 3)

Dessa forma, considerando a ordenação dos tipos de trabalho na região, destacar-se-á o que será denominado "grupos médios" (pequenos empregadores e ocupações médias), pois, além de representarem os estratos médios da hierarquia ocupacional, também são os intermediários no que se refere aos índices de escolaridade e de renda, configurando-se por possuírem características encontradas, de certa forma, nos estratos superiores e inferiores.

Por um lado, os pequenos empregadores, por não serem assalariados mas possuírem um pequeno capital, a princípio, estariam distantes tanto dos grandes empregadores quanto dos vendedores ambulantes; por outro lado, as ocupações médias, cujo trabalho se assenta num nível médio de qualificação, exercendo um trabalho não-manual e assalariado, localizar-se-iam entre os profissionais de nível superior e os trabalhadores do terciário especializado e do secundário.

Assim, não estão incluídos nos "grupos médios" os trabalhadores do comércio nem profissionais liberais de nível superior.

A vantagem de se utilizar essa hierarquização reside no fato de poder-se acompanhar, no período abrangido neste estudo, como as diversas transformações no

que se refere a aspectos econômicos, notadamente a importância de cada setor da economia e o mercado de trabalho, afetaram esses grupos na RMPA, levando-se em conta também, posteriormente, aspectos espaciais.

#### 4.1. Antecedentes à década de 1990

Alonso e Bandeira (1988), no estudo "A 'desindustrialização' de Porto Alegre: causas e perspectivas", caracterizaram a estrutura econômica da capital gaúcha, em 1980, como resultante de um processo de relativa desindustrialização. Dessa forma, para os autores, torna-se importante ressaltar que tal processo pode ser descrito desde a década de 1940, apesar de ser mais marcante na de 1970, fazendo-se presente em basicamente todos os grandes centros metropolitanos brasileiros (ALONSO; BANDEIRA.1988:7).

Esse processo de relativa desindustrialização de Porto Alegre pode ser percebido principalmente se se constatar que, em 1960, a cidade contribuía com 60% do emprego do valor da transformação industrial (VTI) da RMPA, passando, em 1980, a responder por apenas 37% (CARRION. 1989:228). O mesmo pode ser atestado pelos estudos de Alonso e Bandeira (1988). Conscientes da preocupação, na década de 1980, gerada pela constante queda da participação das indústrias na capital, os autores evidenciaram o processo no qual esse setor, de fato, deslocava-se para regiões mais favoráveis ao seu desenvolvimento, notadamente a Região Metropolitana, sobretudo as cidades de Canoas, Gravataí e Cachoeirinha, e o Interior (ALONSO; BANDEIRA.1988:8), enquanto, paralelamente, crescia a importância dos serviços na economia da capital (ALONSO;BANDEIRA.1988:14).

Nesse sentido, todavia, os autores ressaltam que o desenvolvimento do setor terciário não ocorreu de forma homogênea; ao contrário, "a importância relativa do comércio de mercadorias no conjunto da renda da Capital caiu de 31,63% para 18,02% entre 1939 e 1980, ao passo que a do segmento 'demais serviços' aumentou de 44,06% para 60,23% no mesmo período"(ALONSO;BANDEIRA.1988:14). Assim, destaca-se o "aparecimento de novas atividades mais especializadas e sofisticadas tanto na área privada quanto na pública, bem como a introdução de tecnologias mais avançadas em muitas daquelas já existentes" (idem), dentre as quais a "expansão de grupos empresarias, cujas matrizes se localizam, em sua maioria, na Capital"

(ALONSO;BANDEIRA.1988:15), e que, mesmo assim, não restringiram suas áreas de influência a Porto Alegre (ALONSO;BANDEIRA.1988:16).

Além do impacto gerado pela saída das indústrias da capital, a década de 1980 evidenciou uma crise conjuntural a qual modificou o mercado de trabalho da região. Nesse aspecto, analisando os principais efeitos da crise da década de 1980, na RMPA, Tatsch (1990) chama a atenção para o fato de, entre 1981-83, ter havido um período de "agudização" da crise, no qual, enquanto " a PEA cresceu a uma taxa de 2,04% ao ano, o número de pessoas ocupadas no mesmo período aumentou somente a uma taxa de 1,24% ao ano"<sup>8</sup> (TATSCH. 1990: 197) . De acordo com a autora, a década de 1980 - a década "perdida"<sup>9</sup> - representou uma grande mudança no mercado de trabalho da RMPA, se comparado com os anos anteriores.

A esse processo, acompanhou-se a elevação da importância do mercado informal: "o número de trabalhadores sem carteira assinada, que em 1981 representavam 20% do total dos empregados, ampliou-se para um percentual de 24% em 1984" (TATSCH. 1990: 205), apresentando uma alta taxa de crescimento no período. Nesse sentido, a autora deixa claro que:

"(...) no período 1983-85, quando se iniciou uma fase de recuperação econômica, a taxa de crescimento dos empregados aumentou expressivamente, isto é, os empregados cresceram a 6,37% ao ano; contudo os conta-própria não deixaram de crescer a uma taxa elevada, de 6,85%."

(TATSCH. 1990:207)

Dessa forma, o arrefecimento da crise, a partir de 1983, não repercutiu apenas na retomada da empregabilidade na capital, mas também no aumento da importância dos serviços de conta-própria, muitas vezes, extremamente precários. Isso é principalmente evidente ao se constatar que algumas das ocupações que obtiveram as maiores taxas de crescimento, entre 1980 e 1990, na RMPA, foram os "ambulantes" (8,80% a.a.) e os "biscateiros" (7,43% a.a.) (MAMMARELLA et al. 2000:102)

Por outro lado, conforme Mammarella, Barcellos e Koch (2000), comparando a estrutura sócio-ocupacional da RMPA de 1980 e 1991, pode-se evidenciar que os grupos médios sofreram principalmente pela queda dos empregos assalariados. Nesse sentido, identifica-se uma oposição dentro dos grupos médios: os pequenos

---

<sup>8</sup> Tatsch ressalta que a época do pico dos efeitos da crise no mercado de trabalho formal se concentrou entre abril de 1982 e o primeiro semestre de 1984.

<sup>9</sup> Há um certo consenso entre os estudiosos de denominar a década de 1980 como a "década perdida", pois, no Brasil, foi marcada, principalmente, por grandes taxas de desemprego, estagnação da economia e índices de inflação extremamente elevados.

empregadores e comerciantes de conta-própria - representados pela categoria sócio-ocupacional "pequena burguesia"<sup>10</sup> - obtiveram taxas mais significativas de crescimento que as ocupações enquadradas na categoria "classe média" - notadamente empregados assalariados -, que diminuíram sua importância na RMPA.

Contudo, as ocupações médias, apesar de sua diminuição, em 1991, ainda representavam cerca de 26,83% dos ocupados na RMPA. Por outro lado, a "pequena burguesia" elevou-se significativamente de 4,42% para 6,85% da população ocupada. Juntos, esses grupos, nos dois anos, representavam cerca de um terço da população ocupada da região.

Dessa forma, pode-se concluir que, durante a década de 1980, a configuração dos grupos médios na RMPA foi em parte afetada, principalmente por uma redução de importância de algumas ocupações assalariadas, não obstante continuarem a ser significativas no conjunto da população ocupada, em detrimento de um crescimento por parte dos pequenos empregadores urbanos. A "desindustrialização" de Porto Alegre, o crescimento da importância do setor terciário e os impactos sobre os grupos médios configuraram os anos posteriores.

Nesse sentido, na década de 1990, esse quadro se agravou sobretudo pelo aumento do desemprego e os impactos de novas políticas econômicas que resultaram não só na diminuição das ocupações médias como também dos pequenos empregadores, como será demonstrado a seguir.

---

<sup>10</sup> Nesse caso, os termos "pequena burguesia" e "classe média" referem-se basicamente às categorias "pequenos empregadores" e "ocupações médias".

## 5. Transformações da estrutura produtiva e ocupacional da RMPA

### 5.1. Abertura econômica e desemprego

Alonso (2001:254) afirma que, acompanhando as mudanças da economia global - cujas características vinculam-se à liberalização comercial, à desregulamentação dos mercados e ao desmonte do Estado -, advindas desde pelo menos a década de 1980, os anos 1990-2000 podem ser separados, de modo geral, no Brasil, em duas etapas.

De 1990 a 1994, quando, ainda impulsionado pela grande inflação, o desempenho econômico, tanto do País quanto do Rio Grande do Sul, permanecia, como na década anterior, extremamente fraco; e, a partir de 1994, com a implementação do plano Real, moeda com a qual se pôde conter o aumento dos preços, mas que, apesar disso, representou uma política monetária restritiva ao crescimento econômico. Uma das consequências desse processo, nesse sentido, foi a "desarticulação de diversos segmentos da economia nacional" (ALONSO. 2001:254).

Assim, no que se refere à estrutura produtiva, Alonso é taxativo: "o impacto mais relevante associado a esse quadro desanimador recaiu sobre o mercado de trabalho" (ALONSO. 2001:255). Dessa forma, é importante ressaltar que, no Rio Grande do Sul, o período de 1992 a 1999 foi marcado pelo aumento do desemprego e pela reestruturação econômica, notadamente do setor agrícola para os serviços. No setor secundário, evidenciou-se o aumento da ocupação da área de construção, ao mesmo tempo em que as indústrias de transformação perderam importância (PICHLER.2003).

Em 1999, assim, "a maior parte dos ocupados do Estado - 51,7% do total (2.615,6 mil pessoas) - possuía empregos que podem ser considerados precários. O contingente que possuía empregos de melhor qualidade - os ocupados formais - representava, naquele ano, 37,1% do total de ocupados (1.876,0 mil pessoas)" (PICHLER. 2003:230). Além da precariedade, o desemprego obteve altos índices, nesse período. Na RMPA, em 1993, a taxa de desemprego era 12,2% e, em 1999, alcançou os 19,0%, não obstante as oscilações ao longo do período. Concomitantemente, a região sofreu transformações em sua estrutura econômica.

Também para Kreling et al. (2004), a abertura comercial do fim da década de 1980 repercutiu na estrutura do mercado de trabalho na década de 1990, pois "trouxe consigo uma série de mudanças nas empresas, advindas da adoção seletiva de inovações, da terceirização de atividades e da redução de níveis hierárquicos" (2004:274). A partir dos dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego da Região Metropolitana de Porto Alegre, de 1993 a 2003, os autores evidenciaram, no período, um caráter estrutural ao desemprego, demonstrado sobretudo pelo descompasso do aumento da PEA e o do número de ocupados na região.

Somado a isso, houve um crescimento do setor de serviços, em detrimento do industrial, de modo que " a indústria de transformação, que respondia por 24,2% da ocupação em 1993, mostrou expressiva retração, passando para 18,1% em 2003. O setor serviços teve sua participação no total de ocupados da RMPA ampliada de 46,9% para 52,3% no mesmo período, enquanto os serviços domésticos mostraram elevação de 6,1% para 7,1%. O comércio e a construção civil mantiveram as participações na ocupação praticamente inalteradas, sendo, respectivamente, de 16,5% e 5,5% em 2003."(KRELING et al. 2004:282).

No entanto, como ressaltado na análise da década de 1980, o setor de serviços abrange uma variedade extensa de tipos de trabalho. Assim, os autores chamam a atenção para o aumento da precarização do emprego na RMPA, na década de 1990, na "qual se ampliaram o assalariamento sem carteira, o trabalho por conta própria e o emprego doméstico" (KRELING et al.2004: 284). Nesse sentido, destacam que, a partir de 1997, somado ao processo de precarização do trabalho, evidenciou-se uma queda dos rendimentos gerais, acentuado em 1999 (KRELING et al. 2004:288).

Stemberg (2009) destaca que "entre 1989 e 1998 (...) a RMPA exibiu pior desempenho do que os municípios não metropolitanos (...) ao final de 1998, contabilizava-se queda do emprego na RMPA (-9,4%)" (STEMBERG.2009:4). Isso pode ser melhor evidenciado se for levado em conta que, nesse período, no que se refere a empregos formais, na indústria da RMPA, houve uma diminuição de cerca de 32,6% (STEMBERG. 2009:4); o comércio diminuiu 5,6%; e os serviços obtiveram uma variação positiva de 4,7%, impulsionado pela "terceirização adotada pela indústria para enxugar sua estrutura produtiva" (STEMBERG. 2009:4).

Nesse aspecto, destacam-se na RMPA, duas modificações: a queda de importância da indústria ( de 54,53% do PIB da região, em 1990, para 47,29%, em 1998), decorrente, basicamente, da "abertura comercial indiscriminada" e da perda de

"competitividade do setor de exportação" (ALONSO. 2001: 256); e o crescimento do comércio ( de 47,10% a 50,44%, durante o mesmo período), que reforçou a centralidade não só da RMPA no Estado, mas também de alguns centros urbanos da região (ALONSO. 2001: 256), tendo se presenciado a "generalização de grandes áreas de vendas e de novas formas de comercialização (hipermercados, shoppings-centers etc.)" (ALONSO. 2001: 257), principalmente em Porto Alegre e Canoas.

## 5.2. Mudanças na estrutura ocupacional, crescimento do comércio, queda da indústria e os "grupos médios"

Nessa década, de acordo com Barcellos e Mammarella (2008), a população ocupada na RMPA aumentou de 40,76% para 42,20%, o que pode ser explicado principalmente pela retomada da empregabilidade a partir dos anos 2000, após o ápice do desemprego na década de 1990, assim como pelo crescimento dos ocupados em atividades informais, como vendedores por conta-própria.

A respeito da estrutura sócio-ocupacional da RMPA (Anexo 1), durante esta década, o que se destaca é a queda relativa das ocupações médias (29,50% para 27,35%) e dos trabalhadores do secundário (29,23% para 27,35%), não obstante continuarem a ser os principais grupos na RMPA, representando juntos 53,89% dos ocupados em 2000. Paralelamente, as categorias que obtiveram maiores crescimentos em sua participação na população ocupada foram os trabalhadores do terciário especializado, entre os quais se encontram os trabalhadores do comércio e os prestadores de serviços especializados.

Essas transformações, dessa forma, indicam a conjuntura apresentada por Alonso (2001), segundo a qual, de maneira geral, demonstrou-se o crescimento das atividades comerciais - tanto formais quanto informais -, assim como a queda da importância da indústria, apesar de continuar significativa. O principal, nesse aspecto, é ressaltar o crescimento de biscateiros e de ambulantes, que vinha desde a década de 1980, permanecendo, portanto, na de 1990.

Somado a isso houve a diminuição das ocupações médias na participação dos ocupados da RMPA, queda, aliás, que também pode ser visualizada desde a década anterior, mas que, mesmo assim, não impediu que essas ocupações ainda fossem relevantes na região. O quadro ainda se destaca pela concomitante diminuição dos pequenos empregadores, aventando a tese apresentada por Alonso de que houve uma

intensificação do comércio de grandes capitais, repercutindo na diminuição de estratos médios na região.

## **6. A RMPA nos anos de 1990: os impactos das transformações analisadas na configuração das áreas residenciais**

Na questão da moradia, na RMPA, pode-se constatar que a principal característica da década de 1990 centralizou-se na periferação populacional, protagonizada não apenas pelos grupos populares mas também pelos estratos superiores. Evidencia-se, nesse período, um maior crescimento populacional nas cidades em torno da capital.

Em parte, isso é fruto da já referida desindustrialização relativa de Porto Alegre, que propiciou, a partir da década de 1970 e adiante, a instalação de indústrias em outros municípios, mudando a dinâmica urbana da Região. Alguns exemplos das recentes modificações na região são: em Canoas, com destaque para a refinaria Alberto Pasqualini, que impulsionou a cidade ao desenvolvimento de outros ramos, como a química e a metalurgia (BARCELLOS; JARDIM. 2005:79); em Gravataí, o empreendimento iniciado em 1997 com a indústria automobilística; além do surgimento dos distritos industriais em Guaíba e em Eldorado do Sul.

Em 2000, a Região Metropolitana de Porto Alegre concentrava cerca de 34% da população do Rio Grande do Sul, abrangendo 30 municípios<sup>11</sup> em uma superfície de quase 10 mil km<sup>2</sup>, com uma taxa de urbanização de cerca de 95,51%. De acordo com as Barcellos e Jardim, em 2000, observa-se uma reconcentração da indústria na área mais dinâmica da RMPA, protagonizada por Porto Alegre (BARCELLOS; JARDIM.2005:93).

Entretanto, como os resultados desse processo de reconcentração apenas foram sentidos a partir de 1999, enfatizam-se a periferação populacional e a expansão da região, processos que atingiram em alguma medida todos os estratos sociais. No caso das classes de maior renda, destaca-se, além do aparecimento de condomínios fechados

---

<sup>11</sup> Alvorada, Cachoeirinha, Campo Bom, Canoas, Estância Velha, Esteio, Gravataí, Novo Hamburgo, Porto Alegre, São Leopoldo, Sapiranga, Sapucaia do Sul, Viamão, Dois Irmãos, Eldorado do Sul, Glorinha, Ivoti, Nova Hartz, Parobé, Portão, Triungo, Charqueadas, Araricá, Nova Santa Rita, Montenegro, Taquara, São Jerônimo, Arroio dos Ratos e Santo Antônio da Patrulha.

e isolados, a emergência de novos centros com serviços especializados como em Canoas e em São Leopoldo que absorveram uma parte dessa população.

Além disso, evidenciava-se, ao final da década, uma forte interdependência das diversas áreas da RMPA. Houve uma expansão dos chamados "municípios dormitórios", que anteriormente se restringiam a Alvorada e Viamão, mas que passaram a abarcar cidades que, posteriormente, apresentariam intensificadas características industriais, como Gravataí e Cachoeirinha (BARCELLOS; JARDIM. 2005:93). Nesse aspecto, o crescimento de centros dinâmicos e, ulteriormente, a emergência da participação das indústrias na região também passou a potencializar o deslocamento casa-trabalho de Porto Alegre a essas cidades, no sentido do deslocamento de uma mão de obra mais qualificada no trabalho industrial.

Ainda com relação à moradia, segundo Barcellos et al.(2005:140), a RMPA sobressaía-se por uma certa mistura social desde a década de 1980. Apesar disso, tanto em Barcellos et al. (2002:312), referente a esta década, quanto Mammarella e Barcellos (2005:140), para a década de 1990, apontam para o fato de que a hierarquia social era o principal fator da configuração espacial, sobretudo no que se refere à divisão entre trabalhadores manuais e não-manuais.

Desse modo, algumas áreas ainda demonstravam uma significativa homogeneidade social, principalmente entre os estratos superiores e o operariado tradicional. A esse respeito, a década de 1990 foi marcada pela expansão das áreas ocupadas em Porto Alegre. Nesse aspecto, além das áreas consolidadamente de elite, como os bairros Independência, Auxiliadora e Moinhos de Vento, durante esse período, houve uma expansão imobiliária voltada a esses estratos em direção aos bairros Bela Vista, Boa Vista, Mont' Serrat, Higienópolis, Rio Branco, Santa Cecília, Três Figueiras e Chácara das Pedras, acompanhada da instalação de grandes equipamentos urbanos, como "shopping-centers", que modificaram a dinâmica desses espaços (BARCELLOS.2004.73)

Acrescente-se a isso, na zona sul da capital, observa-se a multiplicação de grandes condomínios fechados, um novo produto imobiliário com forte expansão e demanda, dirigido às camadas de maior renda (BARCELLOS; MAMMARELLA.2009b:260). Ademais, de 1990 a 2000, evidencia-se o crescimento (ainda fraco) de camadas superiores no centro de outras cidades que não Porto Alegre, salientando-se o caso de São Leopoldo (MAMMARELLA; BARCELLOS. 2005:143) .

Paralelamente, essa expansão territorial marcou também a periferização dos estratos inferiores, o que distanciou ainda mais essa população do centro. De acordo com Mammarella e Barcellos (2005:144), as populações em piores condições na RMPA, nesse sentido, encontravam-se, sobretudo, na zona leste-sul de Porto Alegre, além de, a partir dos anos de 1990, mostrarem-se em áreas com alta densidade populacional e significativa concentração de atividades econômicas como em determinadas zonas de Canoas, Gravataí, Guaíba, Eldorado do Sul, Cachoeirinha, Alvorada e Viamão.

Na parte norte da região, havia, tanto em 1990 quanto em 2000, ainda uma predominância do operariado, caracterizando, assim, a permanência da importância da indústria, sobretudo, a do setor coureiro-calçadista nos municípios como Novo Hamburgo, São Leopoldo, Parobé, Campo Bom, entre outros. Por outro lado, é importante ressaltar a existência de municípios que, apesar de ocuparem grandes áreas da região, apresentaram baixa densidade demográfica total, caracterizando-se por uma significativa estrutura produtiva agrária, como Viamão, Triunfo e Glorinha, que, no entanto, denotavam também uma inserção dupla de seus cidadãos no mercado de trabalho, caracterizado pela precariedade.

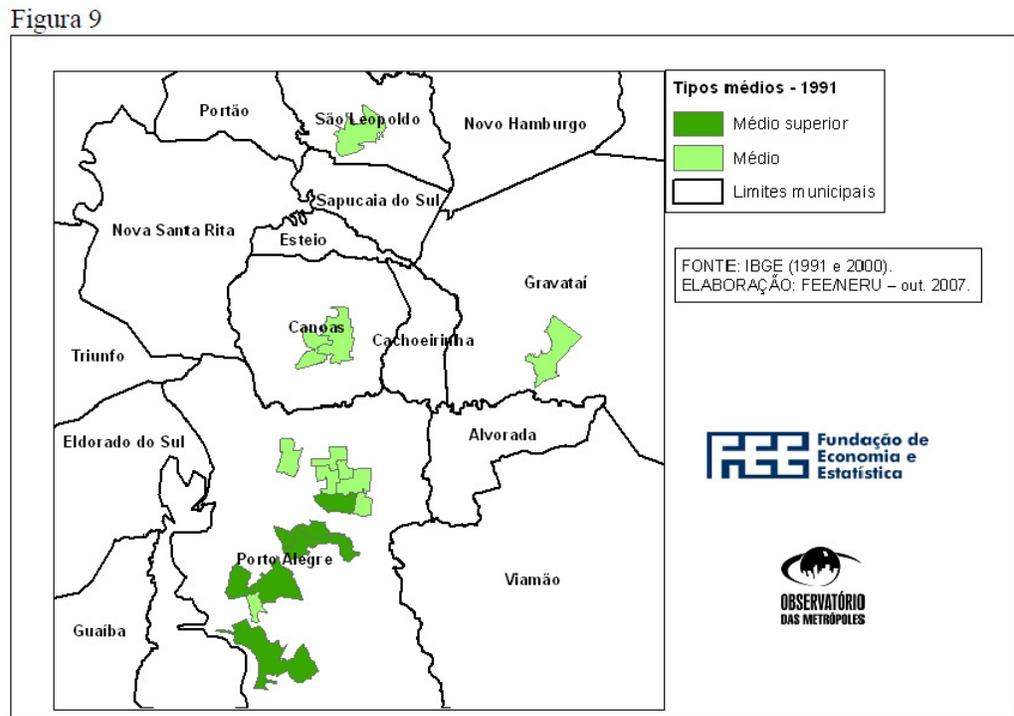
Em face disso, a inserção dos grupos médios na dinâmica urbana residencial da RMPA nos anos 1990 foi marcada também por uma relativa periferização. Apesar de os grupos médios terem, entre 1991 e 2000, apresentado uma significativa presença nas mais diversas áreas da região, pode-se constatar que, tradicionalmente, estão mais próximos aos estratos superiores no espaço urbano (MAMMARELLA; BARCELLOS. 2005:140). No entanto, no mesmo período, paralelamente à sua queda de participação na população da RMPA, houve um "deslocamento das classes médias em direção a locais onde a moradia é mais acessível" (MAMMARELLA; BARCELLOS. 2009b:159).

Nesse contexto, Mammarella e Barcellos (2008: relatório 2) afirmam que as principais mudanças ocorridas durante o período nas áreas residenciais de tipo médio se concentraram em Porto Alegre, de modo que, em outros municípios (notadamente, Canoas, Gravataí e São Leopoldo), permaneceram restritos às suas zonas centrais. No entanto, há que se destacar ainda o aparecimento, de um ano a outro, na cidade de Novo

Hamburgo, de áreas em que predominavam os grupos médios junto a categorias superiores.

Contudo, na capital, a expansão dos grupos médios representou um acompanhamento no processo de periferização da população, atingindo os bairros Rubem Berta, Vila Nova, Belém Novo e Passo das Pedras, tendo como resultado, de modo geral, o afastamento dos grupos médios em relação às áreas superiores e uma aproximação espacial a outras categorias, como demonstram os mapas abaixo.

**Figura 1** - Tipos médios de áreas da Região Metropolitana de Porto Alegre, 1991

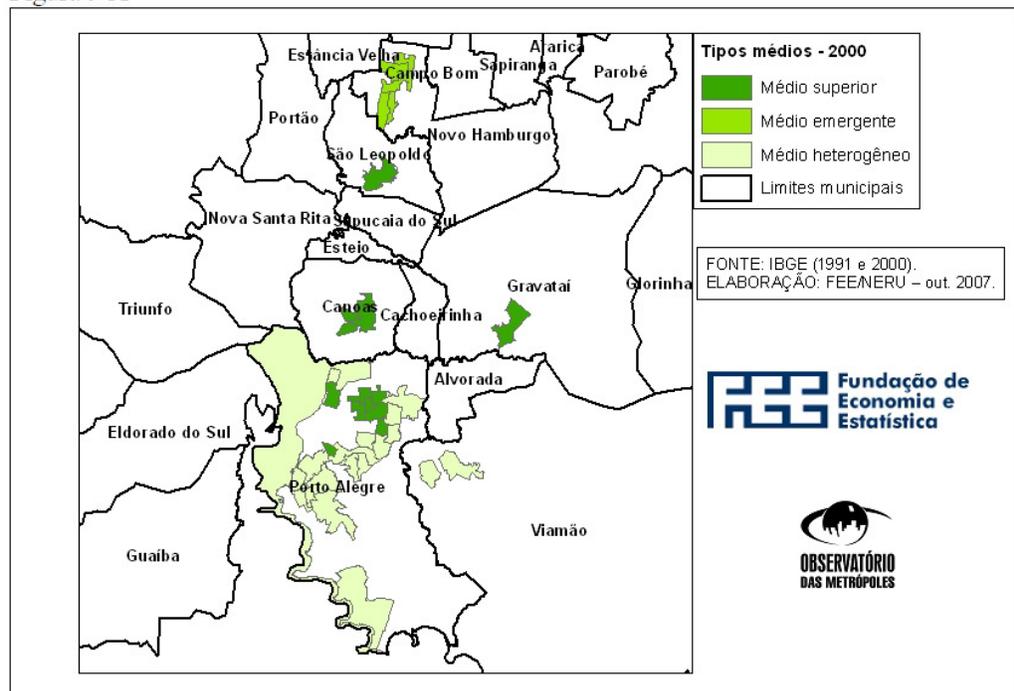


(Fonte: BARCELLOS; MAMMARELLA. 2008: relatório 2, seção 3.2)

2000

**Figura 2** - Tipos médios de áreas da Região Metropolitana de Porto Alegre,

Figura 9 A



(Fonte: BARCELLOS; MAMMARELLA. 2008: relatório 2, seção 3.2)

O surgimento das áreas em verde claro na figura referente ao ano de 2000 indica justamente a expansão das categorias médias em direção a regiões em que também se destacam os trabalhadores do terciário especializado, assim como, em menor medida, do terciário não especializado. Tendo em conta que essa mudanças espaciais foram acompanhadas de uma alteração dos grupos médios na inserção produtiva da RMPA, a reflexão sobre esses dois aspectos (espaciais e sociais) se destaca sobremaneira como uma problemática essencialmente sociológica.

Frente a esse quadro de transformações, algumas questões se sobressaem: em que medida isso impactou em cada uma das categorias dos grupos médios, sendo um resultado mais homogêneo ou heterogeneizante? Além disso, a expansão dos grupos médios foi em direção aos estratos superiores ou uma aproximação, no espaço, com as categorias inferiores da estrutura social? E em que medida isso é tributário a características socioeconômicas?

## **7. A distribuição residencial dos "grupos médios" na RMPA (1991-2000)**

Para se analisar a relação sócio-espacial dos "grupos médios" na RMPA, proceder-se-á da seguinte forma: conforme a separação das categorias sócio-ocupacionais dos "grupos médios", comparar-se-á, primeiro, a variação<sup>12</sup> da média da renda familiar (ANEXO 2), variação da média da renda familiar *per capita* (ANEXO 3), e variação da média de anos de escolaridade (ANEXO 4) de cada categoria dos grupos médios em relação ao total dos ocupados na RMPA, entre 1991 e 2000; posteriormente, confrontar-se-á a análise desses quesitos à densidade<sup>13</sup> de cada categoria sócio-ocupacional integrante dos grupos médios com relação à moradia em determinados tipos de áreas<sup>14</sup> (ANEXOS 5 e 6).

### **7.1. Pequenos Empregadores**

Os pequenos empregadores se destacam, tanto num ano quanto noutro, por uma significativa semelhança, no que se refere à renda, com os estratos superiores da hierarquia sócio-ocupacional. Por outro lado, de acordo com a média de anos de estudo, aproximam-se aos índices das ocupações médias. Todavia, de 1991 a 2000, a média de renda dos pequenos empregadores se distanciou da média das ocupações médias.

A diferença entre a média da renda familiar entre pequenos empregadores e ocupações médias cresceu de 5,89 s.m. para 8,36 s.m., ao mesmo tempo em que, nesse

---

<sup>12</sup> As colunas das tabelas em que constam a variação (em porcentagem) da média da renda familiar, da média da renda familiar *per capita* e dos anos de escolaridade foram compostas por mim, através do programa "Excel", e não estão no original dos dados, extraídos de: BARCELLOS;MAMMARELLA. 2008.relatório 1.

<sup>13</sup> Optou-se pela densidade pois ela representa a "o significado que tem a presença de cada categoria em cada tipo de espaço, frente ao seu significado no conjunto de região" (BARCELLOS;MAMMARELLA. 2008.relatório 2. seção 1).

<sup>14</sup> Para mais detalhes sobre como foram construídas os tipos de áreas, ver BARCELLOS;MAMMARELLA, 2008, relatório 2.

questo, os pequenos empregadores ultrapassaram, em 2000, a média da renda familiar dos professores de nível superior, categoria superior a sua na hierarquia sócio-ocupacional. De modo geral, assim, a diminuição de importância de 1991 a 2000 (de 3,48% para 3,23%) da participação dos pequenos empregadores na população ocupada da RMPA representou uma relativa elitização desta categoria na região, durante o período.

Mais especificamente, isso se torna mais evidente se se constata que a variação da média da renda familiar *per capita* dos pequenos empregadores foi a maior dentre todos os grupos, com uma variação positiva de 131,32%, enquanto a variação média geral atingiu cerca de 55%, entre 1991 e 2000.

Nesse sentido, a proximidade dos pequenos empregadores com os estratos superiores, conforme essas variáveis, revelou-se também no espaço: em 1991, suas maiores densidades quanto ao tipo de área em que essa categoria residia concentravam-se fundamentalmente nas áreas superiores. Já, em 2000, esses índices aumentaram em função da diminuição da presença em áreas em que certas categorias médias e inferiores encontravam-se situadas.

Da mesma forma, pode-se ressaltar a diminuição da densidade dos pequenos empregadores habitando em áreas nas quais categorias superiores e trabalhadores da indústria se destacavam. Assim, portanto, a diminuição da participação dentre os ocupados da RMPA e o aumento de sua renda média, no período, representou um maior adensamento dos pequenos empregadores em áreas mais homogeneamente elitizadas.

## 7.2. Ocupações de escritório

Ao contrário dos pequenos empregadores, a diminuição da participação das ocupações de escritório na população sócio-ocupacional (de 11,85% para 9,29%), não refletiu numa elitização da categoria, mas em sua relativa pauperização: a taxa de variação da média da renda familiar ficou abaixo da taxa geral dos ocupados na RMPA, sendo também sua média, em salários mínimos, a mais baixa entre as ocupações médias, principalmente a *per capita*, em 2000. Além disso, a média de anos de escolaridade indica uma maior semelhança dessa categoria com as ocupações inferiores da hierarquia sócio-ocupacional, notadamente os trabalhadores do terciário.

Entretanto, pelo fato de essa categoria, em 1991, concentrar-se significativamente em áreas superiores e médias, algumas de suas maiores densidades verificam-se nessas áreas em 2000. Todavia, pode-se já notar, nesse período de dez anos, um deslocamento para espaços em que se destacam o operariado metropolitano, ao mesmo tempo em que evidenciam-se, de modo geral, quedas de densidade em áreas onde se situam os estratos superiores e médios<sup>15</sup>.

Dessa forma, apesar de uma significativa diminuição percentual dessa categoria na população ocupada da RMPA, acompanhada de uma diminuição dos rendimentos e, com relação à sua distribuição no espaço, pode-se detectar uma tendência, ainda não muito acentuada, de aproximação aos estratos inferiores da hierarquia sócio-ocupacional.

### 7.3. Ocupações de supervisão

Dentre as ocupações médias, as de supervisão foi uma das categorias que obtiveram, nos dois anos, as maiores ascensões na média de renda familiar e na média de renda familiar *per capita*. Com relação à sua média de renda familiar, passaram de mais próximos à dos trabalhadores do comércio, em 1991, para se assemelharem mais fortemente à dos pequenos empregadores, em 2000. O mesmo comportamento pode ser observado para suas médias de anos de escolaridade. Com a redução da participação na população ocupada desta categoria na RMPA (de 5,08% a 4,48%), poder-se-ia levantar a hipótese de uma relativa eletização, entretanto, sem a mesma força que a encontrada nos pequenos empregadores.

De fato, esse relativo processo de elitização também pode ser constatado no espaço: a densidade das ocupações de supervisão cresceu significativamente nas áreas em que se destacam os estratos superiores, ao mesmo tempo em que diminuiu, ou ficou abaixo de 1,0, em áreas de concentração de estratos médios e populares. O maior exemplo disso foi a queda desta categoria nas áreas em que se encontravam operários e dirigentes, de modo que as ocupações de supervisão deslocaram-se de maneira mais relevante a áreas tradicionalmente superiores.

---

<sup>15</sup> A exceção é nas áreas denominadas médio superior, em que sua densidade passou de 1,4 a 1,5.

#### 7.4. Ocupações técnicas

As ocupações técnicas se caracterizaram por ser as mais intermediárias, no que se refere à renda e à escolaridade, dentre as ocupações médias, nos dois anos. E isso é constatado tanto pela média de renda familiar, quanto pela renda familiar *per capita* e inclusive pela média de anos de escolaridade, nos dois anos.

A respeito de suas densidades em determinados tipos de áreas, contudo, pode-se indicar um pequeno crescimento dessa categoria em direção a áreas mais tradicionalmente superiores e médias, de 1991 a 2000, o que é constatado principalmente pela queda de densidade nas áreas denominadas "operário polarizado".

#### 7.5. Ocupações médias da Saúde e Educação

Única categoria, entre os grupos médios, que, de 1991 a 2000, obteve um aumento mais significativo no conjunto da população ocupada da RMPA foi a das ocupações médias da Saúde e Educação, a qual se caracterizou também por apresentar uma das médias de anos de escolaridade mais altas entre os grupos médios. Por outro lado, no que se refere à renda, nos dois anos, esteve entre as mais baixa das ocupações médias, sendo a segunda pior média de renda *per capita*, apesar de ter se elevado acima da média do aumento total dos ocupados.

No que se refere às suas densidades nos tipos de áreas, pode-se constatar que seus maiores índices não se encontram em áreas em que se destacavam as categorias inferiores da hierarquia sócio-ocupacional, como as de operários e populares, mas sim em áreas médias. Além disso, num contexto de aumento de sua população relativa, é possível destacar um descenso, de um ano a outro, das áreas superiores a áreas mais do tipo médio, acompanhando, em parte, o movimento da categoria ocupações de escritório.

#### 7.6. Ocupações de Segurança Pública, Justiça e Correios

As ocupações de Segurança Pública, Justiça e Correios apresentaram, relativamente às ocupações médias, significativa ascensão em termos de renda, tanto

familiar quanto familiar *per capita*, assemelhando-se às ocupações de supervisão, o mesmo tendo ocorrido com relação aos anos de escolaridade.

Apesar disso, especialmente, o caso das ocupações de Segurança Pública, Justiça e Correios é particularmente interessante, pois permite visualizar uma relativa disparidade com relação aos dados de renda e escolaridade - o que pode significar diferenças internas na categoria, imperceptíveis no que tange a estes dois últimos quesitos.

Nesse sentido, destaca-se que, por um lado, o aumento da densidade dessa categoria nos espaços consolidadamente superiores foi, de fato, significativo, sobretudo em áreas onde estratos superiores estão representados sobremaneira; por outro lado, contudo, também deve-se ressaltar que foi a única categoria, dentre as ocupações médias, que apresentou uma densidade maior que 1,0 em áreas do tipo popular, nas quais há uma predominância de prestadores de serviços não especializados e trabalhadores domésticos.

#### 7.7. Ocupações artísticas e similares

As ocupações artísticas e similares, junto a seu pequeno aumento na população ocupada (de 1,16% para 1,24%), apresentou uma diminuição relativa de seus rendimentos, de modo que, em 1991, era a categoria com a terceira maior renda dentre as ocupações médias e, em 2000, mudou para a segunda pior. No quesito anos de escolaridade, por outro lado, destaca-se a sua baixa taxa de elevação, menor que a taxa média total da população ocupada, e cujos índices, nos dois anos, foram os mais baixos entre as ocupações médias.

Isso, todavia, não afetou drasticamente sua localização na estrutura espacial da região: a categoria, nesse sentido, permaneceu fortemente ligada aos estratos superiores, sendo perceptível apenas um deslocamento em direção a áreas polarizadas entre categorias dos grandes empregadores e operários ("operário polarizado"), podendo indicar, nesse aspecto, proximidade com qualquer um dos dois estratos.

Pode-se constatar, portanto, num primeiro aspecto, que, de modo geral, os grupos médios permaneceram significativamente ligados aos estratos superiores no espaço, apesar de algumas transformações poderem ser indicadas. Nesse sentido,

destacam-se os pequenos empregadores, que intensificaram a proximidade às áreas superiores, de modo que, em 2000, assemelharam-se mais fortemente, em todos os quesitos, aos grupos superiores que às ocupações médias. Ascensões sócio-espaciais também foram evidenciadas, mas em menor medida, entre as ocupações de supervisão.

A periferização dos grupos médios no sentido de uma aproximação com os grupos inferiores, por outro lado, foi protagonizado principalmente pelas ocupações de escritório, ocupações médias da Saúde e Educação e ocupações de Segurança, Justiça e Correios. Principalmente no primeiro caso, essa periferização foi acompanhada da queda nos quesitos sócio-econômicos; no terceiro, apenas se se analisar o espaço, evidencia-se diferenças internas à categoria.

Por fim, pode-se concluir que as mudanças sócio-econômicas das ocupações artísticas e similares não refletiram significativamente no espaço.

## 8. Conclusão

A problemática da relação do espaço com a sociedade se mostra proveitosa, principalmente no que se refere à reflexão sobre as classes sociais. Especificamente com relação às classes médias (também chamados estratos médios, grupos médios, etc.) isso se acentua, pois permite que sejam levados em conta outros aspectos além das tradicionais variáveis sócio-econômicas. Dessa forma, a incorporação da variável espacial contribui para o debate acerca das classes médias, enrobustecendo a abordagem a ser feita sobre elas.

Ao se analisar uma configuração sócio-espacial, pode-se observar diferentes formas de correlacionar o espaço com o social, especialmente quando a análise se dá na escala intra-urbana, possibilitando a identificação de diversos tipos de segregação. As áreas em que os agentes sociais habitam indicam, por um lado, como se posicionam com relação à localização intra-urbana, de modo que se evidencia a maneira pela qual se colocam na dinâmica, fundamentalmente desigual, das cidades.

Essa abordagem permite trazer à tona outra dimensão para as formulações sobre as classes sociais. No caso do debate sobre as classes médias, estratos médios etc., marcado pela controvérsia, a abordagem espacial auxilia no esclarecimento da posição social dessas categorias. Nesse sentido, o presente trabalho enfocou a Região Metropolitana de Porto Alegre, no período indicado, procurando explorar alguns aspectos que permitissem chegar a algumas conclusões.

Num contexto antecedido por significativas modificações na estrutura produtiva, pôde-se perceber como os aspectos sociais estão imbricados aos espaciais. Dessa forma, se, na década de 1980, a Região Metropolitana de Porto Alegre apresentou alterações no que se refere ao deslocamento de indústrias para cidades no entorno da capital, concomitantemente ao crescimento do setor de serviços, principalmente as ocupações precárias, a década de 1990 foi marcada pelo agravamento desses aspectos, sobretudo devido à alta do desemprego.

Em face disso, ocorreram mudanças na dinâmica urbana da RMPA, sendo a principal a periferização da população e a expansão da região. Nesse sentido, destacam-se o crescimento da diversidade produtiva de cidades como Canoas, Gravataí e Guaíba, assim como alterações na própria capital.

Diante desse quadro, os grupos médios experimentaram uma diminuição relativa de sua participação na população ocupada da RMPA, apesar de continuarem sendo significativos. No entanto, como este trabalho procurou evidenciar, o impacto sobre esses grupos, tanto social quanto espacialmente, não foi homogêneo. De modo geral, constatou-se que esses grupos acompanharam o processo de periferização populacional identificado na RMPA.

Contudo, ao se analisar cada uma das categorias que constituem os grupos médios, observou-se diferenças internas entre elas. A principal diz respeito aos pequenos empregadores, os quais, durante o período investigado, passaram a se caracterizar muito mais como um grupo superior, no que se refere à estrutura da hierarquia sócio-ocupacional, que um grupo médio.

Num outro sentido, a periferização dos grupos médios foi impulsionada, sobretudo, pelas categorias ocupações de escritório, ocupações médias da Saúde e Educação e ocupações de Segurança, Justiça e Correios. Nesse caso, vale ressaltar que, se nas duas primeiras categorias esse processo ocorreu paralelo à sua relativa pauperização sócio-econômica, na última o mesmo não se verificou, de modo que evidenciou-se diferenças internas nesta categoria.

Dessa forma, foi possível elencar considerações a respeito de como alguns estratos intermediários se apresentam na dinâmica urbana da RMPA. Para tanto, recorreu-se a uma literatura pertinente, bem como procurou-se trabalhar com dados que permitissem visualizar, de certa forma, o que se propôs inicialmente. Todavia, o presente trabalho está longe de esgotar o tema. A problemática teórica sobre as classes médias foi explorada, aqui, muito mais como um exercício do que propriamente um posicionamento teórico incisivo. Outra limitação deste trabalho está no fato não ter sido possível examinar, com mais detalhe, como essas transformações afetaram o cotidiano dos habitantes da Região.

No entanto, espera-se que esta monografia, assumindo seus limites intrínsecos, tenha contribuído, de alguma forma para, no mínimo, instigar o debate.

## 9. Referências

ALONSO, J.; BANDEIRA, P. A "desindustrialização" de Porto Alegre: causas e perspectivas. **Ensaio FEE**, vol. 9, nº1, páginas 3 - 28. Porto Alegre, 1988.

ALONSO, J. Caracterização econômica da Região Metropolitana de Porto Alegre nos anos 90. **Indicadores Econômicos FEE**, vol. 29, nº1, páginas 253-293. Porto Alegre, 2001.

BARCELLOS, T. Região Metropolitana de Porto Alegre: expansão urbana e dinâmica imobiliária nos anos 90. **Indicadores Econômicos FEE**, vol. 32, nº1, páginas 65 - 90. Porto Alegre, 2004.

BARCELLOS, T.; JARDIM, M. Mobilidade populacional na região metropolitana de Porto Alegre nos anos 90. **São Paulo em Perspectiva**, vol. 19, nº4, páginas 78-95. São Paulo, 2005

BARCELLOS, T.; MAMMARELLA, R. Padrões sociais de territorialidade e condomínios fechados na metrópole gaúcha. In: **Território, economia e sociedade - transformações na Região Metropolitana de Porto Alegre**. ALONSO, J.; MAMMARELLA, R.; BARCELLOS, T. (org.). Editora FEE, páginas 205-238. Porto Alegre, 2009.

\_\_\_\_\_. Uma abordagem tipológica da estrutura socioespacial da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) em 1991 e 2000. In: **Território, economia e sociedade - transformações na Região Metropolitana de Porto Alegre**. ALONSO, J.; MAMMARELLA, R.; BARCELLOS, T. (org.). Editora FEE, páginas 137-179. Porto Alegre, 2009.

\_\_\_\_\_. Desigualdades sociais na metrópole: um olhar sobre a Região Metropolitana de Porto Alegre em 2000. **Indicadores Econômicos FEE**, vol. 33, nº3, páginas 137-162. Porto Alegre, 2005.

BARCELLOS, T.; MAMMARELLA, R. (Coord.). **Atualização e expansão da análise da organização social dos territórios das metrópoles e a identificação das tendências de transformação de longo prazo – 1980/2000 ; Região Metropolitana de Porto Alegre**. Porto Alegre: FEE, 2008. Relatório. <http://www.fee.tche.br/sitefee/download/publicacoes/estudos-e-pesquisas/atualizacao-e-expansao/relatorio2.htm#segmentacao> . Último acesso: 17/11/2011.

BARCELLOS, T.; MAMMARELLA, R.; KOCH, M. Mudanças sócio-espaciais e estrutura social da RMPA nos anos 80. **Indicadores Econômicos FEE**, vol. 28, nº3, páginas 94 - 113. Porto Alegre, 2000.

\_\_\_\_\_. Tipologia sócio-espacial de Porto Alegre — 1980-91: Diferenciações sócio-ocupacionais e desigualdades sociais entre espaços da cidade. **Indicadores Econômicos FEE**, vol. 29, nº 4, páginas 307-341. Porto Alegre, 2002.

- BOSC, S. **Sociologie des classes moyennes**. Paris: La Découverte, 2008.
- BOTTOMORE, T.(editor) **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.
- BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo : Perspectivas, 2007.
- \_\_\_\_\_. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 2010.
- \_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- CASTELLS, M. **A questão urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- CARRION, O. Mercado imobiliário e padrão periférico de moradia: Porto Alegre e sua região metropolitana. **Ensaio FEE**, vol. 10, nº 2, páginas 225 - 250. Porto Alegre, 1989.
- HARVEY, D. **Urbanismo y desigualdad social**. Madrid : Siglo Veintiuno, 1977.
- HIRANO, S. **Castas, estamentos e classes sociais - introdução ao pensamento de Marx e Weber**. São Paulo: Alfa-omega, 1974.
- KRELING, N.; BASTOS, R.; WILTGEN. O mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre: um sumário de suas principais tendências desde a implementação do Plano Real. **Indicadores Econômicos FEE**, vol. 32, nº 2, páginas 273-294. Porto Alegre, 2004.
- LUKÁCKS, G. **História e consciência de classe - estudos sobre dialética marxista**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- MARX, K. **O 18 Brumário e Cartas a Kungelmann**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- \_\_\_\_\_. **O capital - crítica da economia política**. Livro III, vol. VI. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- \_\_\_\_\_. **O manifesto do partido comunista**. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2001.
- MEDEIROS, M. **As teorias de estratificação da sociedade e o estudo dos ricos**. Texto para discussão nº 998, IPEA. Brasília, 2003.
- NERI, M. (Coord.). **A nova classe média**. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2008.

PICHLER, W. **Avanço da precariedade no mercado de trabalho do Rio Grande do Sul, nos anos 90**. Indicadores Econômicos FEE, vol. 30, nº 4, páginas 215-242. Porto Alegre, 2003.

SAIS, D. **Classe média e sistema político no Brasil**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1985.

SINGER, P. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1968.

\_\_\_\_\_. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1973.

STEMBERG, S. O emprego formal na Região Metropolitana de Porto Alegre: algumas considerações sobre o período 1989-2007. **Indicadores Econômicos FEE**, vol. 37, nº 1. Porto Alegre, 2009.

TATSCH, A. Impactos da crise dos anos 80 sobre o mercado de trabalho: um estudo da região metropolitana de Porto Alegre. **Ensaio FEE**, vol. 18, nº 3, páginas 194 - 210. Porto Alegre, 1990.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: FAPESP, 2009.

WEBER, M. **Economia e sociedade**. São Paulo: UnB, 2004. Vol. 1 e 2.

WRIGHT MILLS, C. **A nova classe média - white collar**. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

XAVIER SOBRINHO, G. "Classe C" e sua alardeada ascensão: nova? Classe? Média?. **Indicadores Econômicos FEE**, vol. 38, nº4, páginas 67 - 80. Porto Alegre, 2011.

## Anexos

### Anexo 1 - Distribuição percentual da população ocupada segundo a estrutura sócio-ocupacional da RMPA, de Porto Alegre e dos municípios metropolitanos exclusive a Capital - 1991 e 2000

Distribuição percentual da população ocupada segundo a estrutura socioocupacional da RMPA, de Porto Alegre e dos municípios metropolitanos exclusive a Capital — 1991 e 2000

DISCRIMINAÇÃO	RMPA		PORTO ALEGRE		RMPA EXCLUSIVE PORTO ALEGRE	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Dirigentes	1,48	1,41	2,19	2,07	0,94	0,96
Grandes Empregadores	1,18	0,80	1,66	1,17	0,82	0,55
Dirigentes do Setor Público	0,10	0,29	0,16	0,43	0,06	0,19
Dirigentes do Setor Privado	0,19	0,32	0,37	0,48	0,06	0,22
Profissionais de nível superior	5,87	7,59	10,61	13,47	2,29	3,65
Profissionais Autônomos de Nível Superior	1,20	2,12	2,10	3,96	0,52	0,89
Profissionais Empregados de Nível Superior	1,19	2,83	2,20	5,04	0,44	1,35
Profissionais Estatutários de Nível Superior	1,49	0,70	3,00	1,33	0,34	0,28
Professores de Nível Superior	1,99	1,93	3,31	3,13	0,99	1,13
Pequenos empregadores	3,48	3,23	4,18	4,22	2,95	2,58
Pequenos Empregadores	3,48	3,23	4,18	4,22	2,95	2,58
Ocupações médias	29,50	26,94	37,30	33,12	23,60	22,80
Ocupações de Escritório	11,85	9,29	15,49	11,21	9,09	8,00
Ocupações de Supervisão	5,08	4,48	6,03	5,57	4,36	3,75
Ocupações Técnicas	6,42	6,39	7,79	7,68	5,38	5,52
Ocupações Médias da Saúde e Educação	2,90	3,60	3,65	4,33	2,34	3,10
Ocupações de Segurança Pública, Justiça e Correios	2,08	1,95	2,79	2,78	1,55	1,39
Ocupações Artísticas e Similares	1,16	1,24	1,55	1,55	0,87	1,04
Trabalhadores do terciário especializado	14,90	17,42	15,14	17,64	14,73	17,28
Trabalhadores do Comércio	8,41	8,73	8,42	8,28	8,40	9,04
Prestadores de Serviços Especializados	6,49	8,69	6,72	9,36	6,32	8,24
Trabalhadores do secundário	29,23	27,35	15,92	14,57	39,30	35,92
Trabalhadores da Indústria Moderna	7,00	6,36	3,80	3,04	9,42	8,59
Trabalhadores da Indústria Tradicional	12,83	8,90	4,77	2,69	18,92	13,06
Operários dos Serviços Auxiliares	3,08	4,89	2,92	3,65	3,20	5,73
Operários da Construção Civil	6,32	7,20	4,43	5,19	7,74	8,54
Trabalhadores do terciário não especializado	14,04	14,70	14,10	14,50	14,00	14,83
Prestadores de Serviços Não Especializados	5,26	4,56	5,06	4,43	5,41	4,65
Trabalhadores Domésticos	6,49	6,73	6,71	6,38	6,32	6,96
Ambulantes e Biscateiros	2,30	3,41	2,33	3,69	2,27	3,22
Agricultores	1,50	1,35	0,55	0,42	2,21	1,98
Agricultores	1,50	1,35	0,55	0,42	2,21	1,98
<b>Total</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

FORNE DOS DADOS BRUTOS: IBGECensos Demográficos 1991, 2000Microdados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, (S.d.).

Fonte: BARCELLOS, T.; MAMMARELA, R. (2008: relatório 1, tabela 1)

**Anexo 2 - Média de renda familiar em salários mínimos e categorias sócio-ocupacionais. Região Metropolitana de Porto Alegre. 1991 - 2000**

APÊNDICE 1.5

Média da renda familiar em salários mínimos e categorias socioocupacionais. Região Metropolitana de Porto Alegre. 1991-2000

CATEGORIAS SOCIOOCUPACIONAIS	Média da Renda Familiar		Variação
	1991	2000	%
<b>Dirigentes</b>	<b>22,63</b>	<b>27,57</b>	<b>21,83</b>
Grandes Empregadores	20,03	29,35	46,51
Dirigentes do Setor Público	30,10	24,55	(18,43)
Dirigentes do Setor Privado	34,35	25,82	(24,83)
<b>Profissionais de nível superior</b>	<b>18,25</b>	<b>23,53</b>	<b>28,89</b>
Profissionais Autônomos de Nível Superior	19,78	25,09	26,89
Profissionais Empregados de Nível Superior	17,95	23,05	28,39
Profissionais Estatutários de Nível Superior	20,42	26,88	31,63
Professores de Nível Superior	15,91	21,28	33,73
<b>Pequenos empregadores</b>	<b>15,28</b>	<b>22,37</b>	<b>46,37</b>
Pequenos Empregadores	15,28	22,37	46,37
<b>Ocupações médias</b>	<b>9,39</b>	<b>14,01</b>	<b>49,17</b>
Ocupações de Escritório	8,62	12,24	42,05
Ocupações de Supervisão	10,89	16,87	54,95
Ocupações Técnicas	10,05	14,87	47,97
Ocupações Médias da Saúde e Educação	8,94	13,18	47,40
Ocupações de Segurança Pública, Justiça e Correios	8,90	15,18	70,59
Ocupações Artísticas e Similares	9,12	13,07	43,27
<b>Trabalhadores do terciário especializado</b>	<b>6,34</b>	<b>8,99</b>	<b>41,88</b>
Trabalhadores do Comércio	7,25	10,22	41,00
Prestadores de Serviços Especializados	5,17	7,76	50,07
<b>Trabalhadores do secundário</b>	<b>4,91</b>	<b>6,88</b>	<b>40,13</b>
Trabalhadores da Indústria Moderna	5,20	7,62	46,40
Trabalhadores da Indústria Tradicional	4,84	6,52	34,60
Operários dos Serviços Auxiliares	6,42	8,27	28,72
Operários da Construção Civil	3,99	5,74	43,84
<b>Trabalhadores do terciário não especializado</b>	<b>5,05</b>	<b>6,56</b>	<b>29,89</b>
Prestadores de Serviços Não Especializados	3,96	5,87	48,08
Trabalhadores Domésticos	5,76	6,36	10,40
Ambulantes e Biscateiros	5,55	7,90	42,28
<b>Agricultores</b>	<b>4,03</b>	<b>6,32</b>	<b>57,03</b>
Agricultores	4,03	6,32	57,03
<b>TOTAL</b>	<b>7,85</b>	<b>11,18</b>	<b>42,34</b>

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE. **Censos Demográficos 1991, 2000:**

Microdados da amostra. Rio de Janeiro, (S.d.).

OBSERVAÇÕES: (...)

Fonte: BARCELLOS, T.; MAMMARELA, R. (2008: relatório 1, apêndice 1.5)

**Anexo 3 - Média da renda familiar *per cápita* em salários mínimos e categorias socio-ocupacionais. Região Metropolitana de Porto Alegre. 1991-2000**

APÊNDICE 1.6

Média da renda familiar *per cápita* em salários mínimos e categorias socioocupacionais. Região Metropolitana de Porto Alegre. 1991-2000

CATEGORIAS SOCIOOCUPACIONAIS	Média da Renda Familiar <i>per cápita</i>		Variação (%)
	1991	2000	
<b>Dirigentes</b>	<b>7,60</b>	<b>11,52</b>	<b>51,59</b>
Grandes Empregadores	6,75	12,52	85,49
Dirigentes do Setor Público	9,83	10,01	1,87
Dirigentes do Setor Privado	11,54	10,36	(10,23)
<b>Profissionais de nível superior</b>	<b>6,65</b>	<b>8,62</b>	<b>29,48</b>
Profissionais Autônomos de Nível Superior	7,17	8,62	20,16
Profissionais Empregados de Nível Superior	6,80	9,81	44,43
Profissionais Estatutários de Nível Superior	7,34	10,97	49,34
Professores de Nível Superior	5,75	9,41	63,75
<b>Pequenos empregadores</b>	<b>5,06</b>	<b>11,69</b>	<b>131,32</b>
Pequenos Empregadores	5,06	8,45	67,19
<b>Ocupações médias</b>	<b>3,14</b>	<b>4,99</b>	<b>59,04</b>
Ocupações de Escritório	2,87	4,15	44,86
Ocupações de Supervisão	3,68	6,32	71,97
Ocupações Técnicas	3,37	5,33	57,91
Ocupações Médias da Saúde e Educação	2,94	4,61	56,93
Ocupações de Segurança Pública, Justiça e Correios	2,87	5,64	96,67
Ocupações Artísticas e Similares	3,27	4,86	48,48
<b>Trabalhadores do terciário especializado</b>	<b>1,95</b>	<b>2,94</b>	<b>50,90</b>
Trabalhadores do Comércio	2,24	3,32	48,03
Prestadores de Serviços Especializados	1,57	2,56	62,94
<b>Trabalhadores do secundário</b>	<b>1,39</b>	<b>2,10</b>	<b>50,30</b>
Trabalhadores da Indústria Moderna	1,49	2,33	56,55
Trabalhadores da Indústria Tradicional	1,37	2,00	45,82
Operários dos Serviços Auxiliares	1,89	2,57	35,41
Operários da Construção Civil	1,09	1,69	54,30
<b>Trabalhadores do terciário não especializado</b>	<b>1,53</b>	<b>2,02</b>	<b>32,22</b>
Prestadores de Serviços Não Especializados	1,13	1,76	55,72
Trabalhadores Domésticos	1,79	1,98	10,59
Ambulantes e Biscateiros	1,72	2,47	43,38
<b>Agricultores</b>	<b>1,17</b>	<b>2,01</b>	<b>72,10</b>
Agricultores	1,17	2,01	72,10
<b>TOTAL</b>	<b>2,53</b>	<b>3,94</b>	<b>55,65</b>

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE. **Censos Demográficos 1991, 2000**: Microdados da amostra. Rio de Janeiro, (S.d.).

OBSERVAÇÕES: (...)

Fonte: BARCELLOS, T.; MAMMARELA, R. (2008: relatório 1, apêndice 1.6)

**Anexo 4 - Médias de anos estudo e categorias sócio-ocupacionais. Região Metropolitana de Porto Alegre. 1991-2000**

APÊNDICE 1.12

Médias de anos estudo e categorias socioocupacionais. Região Metropolitana de Porto Alegre. 1991-2000

CATEGORIAS SOCIOOCUPACIONAIS	MÉDIA DE ANOS DE ESTUDO		Variação %
	1991	2000	
<b>Dirigentes</b>	<b>11,47</b>	<b>12,93</b>	<b>12,74</b>
Grandes Empregadores	10,60	12,30	<b>16,03</b>
Dirigentes do Setor Público	13,38	13,25	<b>(0,97)</b>
Dirigentes do Setor Privado	15,68	14,19	<b>(9,49)</b>
<b>Profissionais de nível superior</b>	<b>15,39</b>	<b>14,97</b>	<b>(2,71)</b>
Profissionais Autônomos de Nível Superior	14,79	14,85	<b>0,46</b>
Profissionais Empregados de Nível Superior	15,32	14,64	<b>(4,47)</b>
Profissionais Estatutários de Nível Superior	15,87	15,46	<b>(2,55)</b>
Professores de Nível Superior	15,43	15,41	<b>(0,16)</b>
<b>Pequenos empregadores</b>	<b>9,33</b>	<b>10,93</b>	<b>17,18</b>
Pequenos Empregadores	9,33	10,93	<b>17,18</b>
<b>Ocupações médias</b>	<b>9,80</b>	<b>10,74</b>	<b>9,55</b>
Ocupações de Escritório	9,87	10,58	<b>7,21</b>
Ocupações de Supervisão	9,82	10,93	<b>11,31</b>
Ocupações Técnicas	9,63	10,72	<b>11,35</b>
Ocupações Médias da Saúde e Educação	10,04	11,05	<b>10,11</b>
Ocupações de Segurança Pública, Justiça e Correios	10,00	11,34	<b>13,41</b>
Ocupações Artísticas e Similares	9,05	9,46	<b>4,55</b>
<b>Trabalhadores do terciário especializado</b>	<b>6,87</b>	<b>7,84</b>	<b>14,10</b>
Trabalhadores do Comércio	7,48	8,48	<b>13,47</b>
Prestadores de Serviços Especializados	6,06	7,18	<b>18,48</b>
<b>Trabalhadores do secundário</b>	<b>5,36</b>	<b>6,35</b>	<b>18,43</b>
Trabalhadores da Indústria Moderna	5,97	7,07	<b>18,52</b>
Trabalhadores da Indústria Tradicional	5,31	6,28	<b>18,21</b>
Operários dos Serviços Auxiliares	5,73	6,75	<b>17,90</b>
Operários da Construção Civil	4,55	5,50	<b>20,97</b>
<b>Trabalhadores do terciário não especializado</b>	<b>5,06</b>	<b>6,05</b>	<b>19,72</b>
Prestadores de Serviços Não Especializados	5,02	6,01	<b>19,65</b>
Trabalhadores Domésticos	4,67	5,54	<b>18,46</b>
Ambulantes e Biscateiros	6,17	7,10	<b>15,16</b>
<b>Agricultores</b>	<b>4,68</b>	<b>5,32</b>	<b>13,62</b>
Agricultores	4,68	5,32	<b>13,62</b>
<b>TOTAL</b>	<b>7,75</b>	<b>8,67</b>	<b>11,89</b>

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE. **Censos Demográficos 1991, 2000:** Microdados da amostra. Rio de Janeiro, (S.d.).

OBSERVAÇÕES: (...)

Fonte: BARCELLOS, T.; MAMMARELA, R. (2008: relatório 1, apêndice 1.12)

**Anexo 5 - Densidade relativa da população ocupada na Região Metropolitana de Porto Alegre segundo a tipologia socioespacial e as 24 categorias socioocupacionais: 199**

D - Densidade relativa da população ocupada na Região Metropolitana de Porto Alegre segundo a tipologia socioespacial e as 24 categorias socioocupacionais: 1991

NONENCLATURA DOS TIPOS DE AREAS E TOTAL DE AEDs

CATEGORIAS SOCIOOCCUPACIONAIS	NONENCLATURA DOS TIPOS DE AREAS E TOTAL DE AEDs												TOTALS (156)	
	Superior (7)	Superior Médio (8)	Médio Superior (7)	Médio Médio (11)	Operário Moderno (26)	Operário Polarizado (8)	Operário Moderno e Popular (19)	Operário Tradicional (15)	Operário Tradicional e Popular (5)	Popular e Médio (23)	Popular (20)	Agrícola Popular (7)		
Grandes Empreendedores	C21	3,7	1,9	1,4	1,5	0,6	1,9	0,3	0,8	0,4	0,6	0,4	0,3	1,0
Dirigentes do Setor Público	C22	4,3	3,9	1,4	0,6	0,3	0,4	0,2	0,6	0,3	0,4	0,6	1,2	1,0
Dirigentes do Setor Privado	C23	7,5	2,0	2,0	1,3	0,2	1,1	0,0	0,2	0,7	0,4	0,0	0,1	1,0
Profissionais Autônomos de Nível Superior	C41	5,0	2,9	1,7	1,3	0,4	0,9	0,2	0,2	0,4	0,5	0,2	0,5	1,0
Profissionais Empregados de Nível Superior	C42	4,0	3,2	1,8	1,9	0,5	0,6	0,2	0,2	0,2	0,6	0,1	0,2	1,0
Profissionais Estatutários de Nível Superior	C43	4,9	3,4	2,3	1,4	0,3	0,2	0,1	0,1	0,3	0,6	0,1	0,1	1,0
Professores de Nível Superior	C44	3,4	3,1	1,8	1,9	0,5	0,7	0,1	0,3	0,3	0,7	0,1	0,5	1,0
Pequenos Empreendedores	C31	2,1	1,6	1,1	1,8	0,8	1,6	0,5	0,8	0,8	0,8	0,4	1,0	1,0
Ocupações de Escritório	C31	1,1	1,6	1,4	1,5	1,0	1,0	0,7	0,5	0,6	1,2	0,6	0,4	1,0
Ocupações de Suprimento	C52	1,5	1,6	1,3	1,5	1,1	1,2	0,7	0,8	0,8	0,8	0,5	0,5	1,0
Ocupações Técnicas	C53	1,3	1,5	1,3	1,6	1,1	1,2	0,7	0,6	0,7	0,9	0,6	0,3	1,0
Ocupações Médias da Saúde e Educação	C54	1,1	1,3	1,2	1,6	1,1	0,9	0,6	0,5	0,4	1,2	0,6	0,9	1,0
Ocupações de Segurança Pública, Justiça e Correios	C55	1,0	1,5	1,6	1,2	1,0	0,4	0,8	0,2	0,3	1,4	0,9	0,3	1,0
Ocupações Artísticas e Similares	C32	1,8	2,0	1,5	1,0	0,9	0,9	0,7	0,5	1,0	0,9	0,6	0,7	1,0
Ocupações do Comércio	C61	0,6	0,8	1,0	1,1	1,2	0,9	1,2	0,6	0,7	1,2	1,1	0,6	1,0
Prestadores de Serviços Especializados	C62	0,4	0,6	1,1	0,8	1,1	0,7	1,2	0,5	0,7	1,3	1,4	0,8	1,0
Trabalhadores da Indústria Moderna	C71	0,2	0,2	0,4	0,7	1,7	1,1	1,8	0,7	1,1	0,8	1,3	0,8	1,0
Trabalhadores da Indústria Tradicional	C72	0,2	0,3	0,3	0,4	0,8	1,7	1,1	3,7	2,6	0,5	0,7	0,7	1,0
Operários dos Serviços Auxiliares	C73	0,2	0,4	1,0	0,9	1,3	0,6	1,4	0,4	0,9	1,3	1,4	1,0	1,0
Operários da Construção Civil	C74	0,2	0,2	0,6	0,6	0,9	0,7	1,6	0,9	1,3	1,2	2,2	1,2	1,0
Prestadores de Serviços Não Especializados	C63	0,6	0,5	0,8	0,6	0,9	0,6	1,2	0,8	1,0	1,4	1,7	1,0	1,0
Trabalhadores Domésticos	C81	1,2	0,6	1,1	0,5	0,8	0,6	1,1	0,5	0,9	1,2	1,8	2,1	1,0
Ambulantes e Biscateiros	C82	0,5	0,8	0,9	0,9	1,2	0,8	1,2	0,5	0,8	1,3	1,3	0,9	1,0
Agricultores	C10	0,2	0,1	0,2	0,1	0,3	0,2	0,6	2,2	0,7	0,5	1,4	16,6	1,0
TOTAL		1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0

Fonte: MAMMARELLA, R. (2008: relatório 2, apêndice 2.1)

**Anexo 6 - Densidade relativa da população ocupada na Região Metropolitana de Porto Alegre segundo a tipologia socioespacial e as 24 categorias socioocupacionais: 2000**

	DENSIDADE RELATIVA DA POPULAÇÃO OCUPADA NA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE SEGUNDO A TIPOLOGIA SOCIOESPACIAL E AS 24 CATEGORIAS SOCIOOCUPACIONAIS: 2000														TOTAIS (156)
	CATEGORIAS SOCIOOCUPACIONAIS DOS TIPOS DE ÁREAS E TOTAL DE AEDS														
	Superior (6)	Superior Médio (11)	Médio Superior (12)	Médio Emergente (4)	Médio Heterogêneo (19)	Operário Moderno e Médio (19)	Operário Moderno (17)	Operário Polarizado (6)	Operário Moderno e Popular (14)	Operário Tradicional (18)	Popular (4)	Popular e Agrícola (11)	Agrícola Popular (5)		
Grandes Empreendedores	C21	4,9	1,8	2,4	3,1	0,6	0,5	0,4	1,5	0,2	0,2	0,2	0,3	1,0	
Dirigentes do Setor Público	C22	3,6	2,7	1,4	0,7	1,0	0,7	0,5	0,4	0,5	0,3	0,9	1,1	1,0	
Dirigentes do Setor Privado	C23	3,8	1,9	2,2	0,9	0,9	0,7	0,5	1,2	0,5	0,7	0,3	1,2	1,0	
Profissionais Autônomos de Nível Superior	C41	5,1	3,2	1,9	1,1	0,9	0,5	0,3	0,5	0,3	0,3	0,4	0,5	1,0	
Profissionais Empregados de Nível Superior	C42	4,2	2,8	1,9	1,3	1,1	0,7	0,3	0,5	0,4	0,3	0,4	0,2	1,0	
Profissionais Estatutários de Nível Superior	C43	4,8	3,1	2,2	0,7	1,3	0,5	0,2	0,1	0,2	0,2	0,3	0,4	1,0	
Professores de Nível Superior	C44	3,3	2,7	2,3	1,1	1,1	0,8	0,4	0,5	0,4	0,3	0,3	0,6	1,0	
Peguenos Empreendedores	C31	2,7	1,8	1,8	2,5	0,9	0,9	0,6	1,2	0,5	0,8	0,4	0,7	1,0	
Ocupações de Escritório	C51	0,9	1,4	1,5	1,2	1,3	1,2	0,7	0,9	1,0	0,6	0,9	0,4	1,0	
Ocupações de Supervisão	C52	1,9	1,7	1,7	1,5	1,0	1,1	0,7	0,9	0,7	0,9	0,5	0,5	1,0	
Ocupações Técnicas	C53	1,4	1,4	1,7	1,6	1,1	1,2	0,8	1,0	0,8	0,7	0,5	0,4	1,0	
Ocupações Mistas da Saúde e Educação	C54	1,0	1,1	1,6	1,2	1,3	1,2	0,7	0,6	0,8	1,0	0,7	0,8	1,0	
Ocupações de Segurança Pública, Justiça e Correios	C55	1,4	1,8	1,2	0,7	1,5	0,9	0,5	0,4	0,9	0,4	1,2	0,6	1,0	
Ocupações Artísticas e Similares	C32	1,8	1,7	1,2	1,4	1,1	0,8	1,0	1,3	0,7	0,8	0,7	0,6	1,0	
Trabalhadores do Comércio	C61	0,5	0,8	1,0	1,0	1,1	1,2	1,1	0,9	1,3	0,7	1,1	0,9	1,0	
Prestadores de Serviços Especializados	C62	0,5	0,8	0,8	0,7	1,3	1,0	1,0	0,8	0,6	1,4	1,1	0,8	1,0	
Trabalhadores da Indústria Moderna	C71	0,1	0,2	0,5	0,9	0,6	1,7	2,1	1,5	1,3	1,0	0,8	1,2	1,0	
Trabalhadores da Indústria Tradicional	C72	0,1	0,2	0,3	1,1	0,3	0,6	1,0	2,1	0,6	4,2	0,6	0,4	1,0	
Operários dos Serviços Auxiliares	C73	0,1	0,4	0,6	0,6	0,9	1,4	1,5	0,9	1,5	1,1	1,4	1,1	1,0	
Operários da Construção Civil	C74	0,1	0,3	0,3	0,5	0,9	0,9	1,5	1,1	1,3	0,9	1,8	1,3	1,0	
Prestadores de Serviços Não Especializados	C63	0,2	0,5	0,5	0,5	1,2	0,9	1,1	0,8	1,4	0,6	1,9	1,4	1,0	
Trabalhadores Domésticos	C81	0,6	0,6	0,4	0,5	1,1	0,7	1,1	1,0	1,2	0,6	1,8	1,7	1,0	
Ambulantes e Discateiros	C82	0,3	0,8	0,9	0,7	1,3	1,2	1,0	0,7	1,4	0,5	1,4	1,1	1,0	
Agricultores	C10	0,1	0,2	0,2	0,3	0,3	0,3	0,4	0,4	0,4	0,7	0,5	3,5	1,0	
TOTAL		1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	

Fonte: BARCELLOS, T.; MAMMARELLA, R. (2008: relatório 2, apêndice 2.2)